

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	19
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	88
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	90
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	91
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	92

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	159.009
Preferenciais	0
Total	159.009
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	885.351	735.162
1.01	Ativo Circulante	385.168	363.766
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	916	56.576
1.01.03	Contas a Receber	160.567	137.626
1.01.03.01	Clientes	160.567	137.626
1.01.04	Estoques	137.515	119.932
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.869	1.450
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.869	1.450
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	1.869	1.450
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	84.301	48.182
1.01.08.03	Outros	84.301	48.182
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	2.073	2.073
1.01.08.03.02	Créditos com Controlada	70.548	41.839
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	9.260	2.156
1.01.08.03.04	Outros	2.420	2.114
1.02	Ativo Não Circulante	500.183	371.396
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	216.068	169.757
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	143.314	105.767
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	51.726	5.369
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	91.588	100.398
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	72.754	63.990
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	9.332	8.457
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	40.464	36.819
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	5.483	1.682
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	13.315	12.872
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	3.641	3.641
1.02.01.09.08	Outros	519	519
1.02.02	Investimentos	7.732	678
1.02.02.01	Participações Societárias	7.732	678
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.534	480
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	198	198
1.02.03	Imobilizado	258.134	185.841
1.02.04	Intangível	18.249	15.120

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	885.351	735.162
2.01	Passivo Circulante	326.234	331.645
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.456	17.581
2.01.02	Fornecedores	131.082	120.122
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.926	32.062
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.926	32.062
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.707	3.488
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	21.373	22.029
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	8.846	6.545
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	106.209	75.584
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	106.209	75.584
2.01.05	Outras Obrigações	28.800	38.292
2.01.05.02	Outros	28.800	38.292
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	17.245	20.636
2.01.05.02.06	Dividendos a Pagar	248	8.799
2.01.05.02.07	Dividendos antecipados	5.100	0
2.01.05.02.08	Outros	6.207	8.857
2.01.06	Provisões	4.761	48.004
2.01.06.02	Outras Provisões	4.761	48.004
2.01.06.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	0	41.496
2.01.06.02.05	Provisões para Contingências	2.102	1.288
2.01.06.02.06	Provisão para Participação nos Lucros	2.659	5.220
2.02	Passivo Não Circulante	406.178	276.398
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	177.534	90.016
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	177.534	90.016
2.02.02	Outras Obrigações	104.941	112.479
2.02.02.02	Outros	104.941	112.479
2.02.02.02.04	Plano de Previdência Privada	2.720	2.918
2.02.02.02.05	Parcelamento de Obrigações Tributárias	102.221	109.561
2.02.03	Tributos Diferidos	16.058	16.309
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.058	16.309
2.02.04	Provisões	107.645	57.594
2.02.04.02	Outras Provisões	107.645	57.594
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	52.506	5.834
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	52.084	49.584
2.02.04.02.06	Provisão para Incentivo de Longo Prazo	3.055	2.176
2.03	Patrimônio Líquido	152.939	127.119
2.03.01	Capital Social Realizado	46.065	40.798
2.03.02	Reservas de Capital	0	267
2.03.04	Reservas de Lucros	45.069	50.069
2.03.04.01	Reserva Legal	3.283	3.283
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	41.786	0
2.03.04.10	Reserva de Lucros a Destinar	0	46.786
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	30.107	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	31.698	35.985

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	194.000	358.979	146.494	285.878
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-135.346	-251.224	-101.518	-201.185
3.03	Resultado Bruto	58.654	107.755	44.976	84.693
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-28.213	-54.788	-19.634	-40.164
3.04.01	Despesas com Vendas	-26.141	-48.095	-20.976	-40.083
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.215	-10.898	-4.751	-9.099
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.715	4.566	5.688	7.600
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	2.918	3.751	1.386	4.558
3.04.04.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	1.797	815	4.302	3.042
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.996	-5.736	-2.405	-4.629
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-3.996	-5.736	-2.405	-4.629
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.424	5.375	2.810	6.047
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	30.441	52.967	25.342	44.529
3.06	Resultado Financeiro	-8.795	-12.990	-9.202	-13.128
3.06.01	Receitas Financeiras	3.997	8.656	3.896	8.159
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.997	8.656	3.896	8.159
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.792	-21.646	-13.098	-21.287
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-8.533	-18.077	-8.904	-18.329
3.06.02.02	Variação Cambial, Líquida	-4.259	-3.569	-4.194	-2.958
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	21.646	39.977	16.140	31.401
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.391	-10.660	-3.505	-7.611
3.08.01	Corrente	-5.110	-10.911	-3.199	-7.017
3.08.02	Diferido	-281	251	-306	-594
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.255	29.317	12.635	23.790
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	16.255	29.317	12.635	23.790
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.99.01.01	ON	0,10223	0,18437	0,07946	0,14961
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,10223	0,18437	0,07946	0,14961

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	16.255	29.317	12.635	23.790
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.101	-3.497	-4.486	-3.776
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	-395	-789
4.02.02	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	-4.101	-3.497	-4.091	-2.987
4.03	Resultado Abrangente do Período	12.154	25.820	8.149	20.014

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.768	25.429
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	70.961	50.142
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	39.977	31.401
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	7.161	8.145
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-5.375	-6.047
6.01.01.04	Variação Cambial Não Realizada	6.769	215
6.01.01.05	Provisão de Estoque a Valor de Mercado	1.383	-113
6.01.01.06	Provisão para Devedores Duvidosos	190	-1.835
6.01.01.07	Provisão para Contingências	1.086	3.612
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	5.365	4.172
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros	-1.682	3.391
6.01.01.10	Outras Provisões	-2.722	951
6.01.01.12	Atualizações do Empréstimo Compulsório Eletrobrás	-3.645	-2.734
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-443	-581
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	8.810	-3.731
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	3.307	5.461
6.01.01.16	Decomposição de Desconto de Provisões para Contingências	2.228	2.208
6.01.01.18	Juros Provisionados de Empréstimos	7.516	4.184
6.01.01.19	Outros	1.036	1.443
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-61.563	-15.879
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	-23.146	-5.519
6.01.02.02	Aumento/(Redução) do Adiantamento de Clientes	-3.391	617
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	-18.966	-19.189
6.01.02.05	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	-4.736	-1.231
6.01.02.06	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-875	-1.235
6.01.02.08	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	10.709	20.762
6.01.02.09	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	-7.104	-2.175
6.01.02.10	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-11.303	-10.767
6.01.02.11	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais	-2.135	3.622
6.01.02.12	Aumento/(Redução) de Obrigações Trabalhistas	-490	95
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	72	-736
6.01.02.14	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar Não Circulante	-198	-123
6.01.03	Outros	-12.166	-8.834
6.01.03.01	Juros Pagos	-4.910	-3.533
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-7.256	-5.301
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-155.863	-10.784
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-79.168	-8.585
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-3.415	-6.099
6.02.03	Recebimento na venda de ativo permanente	210	0
6.02.04	Dividendos Recebidos	5.100	4.087
6.02.05	(Concessão)/Recebimento de Créditos com Partes Relacionadas	-78.590	-187
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	102.971	-1.904

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	171.677	47.658
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-60.155	-49.558
6.03.03	Dividendos pagos	-8.551	0
6.03.04	Captação (Pagamento) de Empresas Ligadas	0	-4
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-55.660	12.741
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.576	8.091
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	916	20.832

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	40.798	267	50.069	0	35.985	127.119
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	40.798	267	50.069	0	35.985	127.119
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.107	-4.287	25.820
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.317	0	29.317
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	790	-4.287	-3.497
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	790	-790	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	-3.497	-3.497
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	5.267	-267	-5.000	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	267	-267	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	5.000	0	-5.000	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	46.065	0	45.069	30.107	31.698	152.939

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-73.738	42.304	81.790
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-73.738	42.304	81.790
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.579	-3.776	20.803
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.790	0	23.790
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	789	-3.776	-2.987
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	789	-789	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	-2.987	-2.987
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-49.159	38.528	102.593

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 30/06/2013	Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	452.178	365.240
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	446.086	356.781
7.01.02	Outras Receitas	6.282	6.624
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-190	1.835
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-233.070	-181.454
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-190.860	-143.228
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-43.906	-36.010
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	1.696	-2.216
7.03	Valor Adicionado Bruto	219.108	183.786
7.04	Retenções	-7.161	-8.145
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.161	-8.145
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	211.947	175.641
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	26.565	26.089
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.375	6.047
7.06.02	Receitas Financeiras	21.190	20.042
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	238.512	201.730
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	238.512	201.730
7.08.01	Pessoal	63.806	54.250
7.08.01.01	Remuneração Direta	55.679	46.527
7.08.01.02	Benefícios	4.616	4.408
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.511	3.315
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	107.927	89.669
7.08.02.01	Federais	59.691	49.067
7.08.02.02	Estaduais	47.991	40.455
7.08.02.03	Municipais	245	147
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.462	34.021
7.08.03.01	Juros	33.364	30.128
7.08.03.02	Aluguéis	4.098	3.893
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.317	23.790
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.317	23.790

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	835.542	695.321
1.01	Ativo Circulante	393.201	328.230
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	73.347	58.870
1.01.03	Contas a Receber	166.513	142.678
1.01.03.01	Clientes	166.513	142.678
1.01.04	Estoques	137.701	120.045
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.568	2.064
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.568	2.064
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	456	459
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	2.112	1.605
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.072	4.573
1.01.08.03	Outros	13.072	4.573
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	8.000	954
1.01.08.03.04	Outros	5.072	3.619
1.02	Ativo Não Circulante	442.341	367.091
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	164.379	164.501
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	91.588	100.398
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	91.588	100.398
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	72.791	64.103
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	9.369	8.494
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	40.464	36.819
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	5.483	1.682
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	13.315	12.872
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	3.641	3.641
1.02.01.09.08	Outros	519	595
1.02.02	Investimentos	198	215
1.02.02.01	Participações Societárias	198	215
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	198	215
1.02.03	Imobilizado	259.320	187.056
1.02.04	Intangível	18.444	15.319

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	835.542	695.321
2.01	Passivo Circulante	326.749	295.375
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.554	18.459
2.01.02	Fornecedores	131.805	121.113
2.01.03	Obrigações Fiscais	34.946	34.348
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	34.946	34.348
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.451	4.142
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	22.123	22.961
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	9.372	7.245
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	106.209	75.584
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	106.209	75.584
2.01.05	Outras Obrigações	24.352	38.707
2.01.05.02	Outros	24.352	38.707
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	17.768	20.813
2.01.05.02.06	Dividendos a Pagar	260	8.810
2.01.05.02.07	Outros	6.324	9.084
2.01.06	Provisões	5.883	7.164
2.01.06.02	Outras Provisões	5.883	7.164
2.01.06.02.05	Provisões para Contingências	3.009	1.322
2.01.06.02.06	Provisões para Participação nos Lucros	2.874	5.842
2.02	Passivo Não Circulante	355.839	272.819
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	178.428	90.931
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	178.428	90.931
2.02.02	Outras Obrigações	105.579	113.364
2.02.02.02	Outros	105.579	113.364
2.02.02.02.04	Plano de Previdência Privada	2.720	2.918
2.02.02.02.05	Parcelamento de Obrigações Tributárias	102.859	110.446
2.02.03	Tributos Diferidos	16.058	16.309
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.058	16.309
2.02.04	Provisões	55.774	52.215
2.02.04.02	Outras Provisões	55.774	52.215
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	52.092	49.592
2.02.04.02.06	Provisão para Incentivo de Longo Prazo	3.682	2.623
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	152.954	127.127
2.03.01	Capital Social Realizado	46.065	40.798
2.03.02	Reservas de Capital	0	267
2.03.04	Reservas de Lucros	45.069	50.069
2.03.04.01	Reserva Legal	3.283	3.283
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	41.786	0
2.03.04.10	Reserva de Lucros a Destinar	0	46.786
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	30.107	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	31.698	35.985
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	15	8

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	207.601	383.356	157.169	307.162
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-135.141	-250.852	-101.300	-200.801
3.03	Resultado Bruto	72.460	132.504	55.869	106.361
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-40.226	-76.061	-29.476	-58.790
3.04.01	Despesas com Vendas	-31.983	-58.104	-25.250	-47.736
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.668	-13.919	-6.079	-11.563
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.342	3.627	5.110	6.262
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	2.545	2.812	808	3.220
3.04.04.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	1.797	815	4.302	3.042
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.917	-7.665	-3.257	-5.753
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-4.917	-7.665	-3.257	-5.753
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	32.234	56.443	26.393	47.571
3.06	Resultado Financeiro	-8.697	-12.932	-9.251	-13.232
3.06.01	Receitas Financeiras	4.296	9.015	3.978	8.296
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.296	9.015	3.978	8.296
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.993	-21.947	-13.229	-21.528
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-8.734	-18.378	-9.035	-18.570
3.06.02.02	Variação Cambial, Líquida	-4.259	-3.569	-4.194	-2.958
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.537	43.511	17.142	34.339
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.274	-14.160	-4.866	-10.905
3.08.01	Corrente	-6.993	-14.411	-4.560	-10.311
3.08.02	Diferido	-281	251	-306	-594
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.263	29.351	12.276	23.434
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-4	-27	362	362
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-4	-27	362	362
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	16.259	29.324	12.638	23.796
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	16.255	29.317	12.635	23.790

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4	7	3	6
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,10223	0,18437	0,07946	0,14691
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,10228	0,18459	0,0772	0,14738

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	16.259	29.324	12.638	23.796
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.101	-3.497	-4.486	-3.776
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	-395	-789
4.02.02	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	-4.101	-3.497	-4.091	-2.987
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	12.158	25.827	8.152	20.020
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	12.154	25.820	8.149	20.014
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4	7	3	6

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 30/06/2013	Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.117	30.372
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	73.514	60.073
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	43.511	34.339
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	7.197	8.166
6.01.01.04	Variação Cambial Não Realizada	-279	330
6.01.01.05	Provisão de Estoque a Valor de Mercado	1.387	-736
6.01.01.06	Provisão para Devedores Duvidosos	187	-1.950
6.01.01.07	Provisão para Contingências	1.922	4.026
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	5.365	4.521
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros	-1.909	4.020
6.01.01.10	Outras Provisões	-2.754	951
6.01.01.12	Atualizações do Empréstimo Compulsório Eletrobrás	-3.645	-2.734
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-443	-581
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	8.810	-3.731
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	3.347	5.563
6.01.01.16	Decomposição de Desconto de Provisões para Contingências	2.265	2.212
6.01.01.18	Juros Provisionados de Empréstimos	7.516	4.283
6.01.01.19	Outros	1.037	1.394
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-64.070	-17.759
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	-24.037	-7.306
6.01.02.02	Aumento/(Redução) do Adiantamento de Clientes	-3.045	652
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	-19.043	-18.566
6.01.02.05	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	-5.895	-1.685
6.01.02.06	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-875	-1.237
6.01.02.08	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	10.441	21.617
6.01.02.09	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	-7.046	-2.338
6.01.02.10	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-11.772	-11.322
6.01.02.11	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais	-2.324	3.689
6.01.02.12	Aumento/(Redução) de Obrigações Trabalhistas	-270	48
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	-6	-1.188
6.01.02.14	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar Não Circulantes	-198	-123
6.01.03	Outros	-15.561	-11.942
6.01.03.01	Juros Pagos	-4.910	-3.551
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-10.651	-8.391
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-82.378	-15.298
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-79.173	-9.089
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-3.415	-6.209
6.02.03	Recebimento na venda de ativo permanente	210	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	102.972	-1.900
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	171.677	47.658
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-60.155	-49.558
6.03.03	Dividendos pagos	-8.550	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	37

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2013 à 30/06/2013	01/01/2012 à 30/06/2012
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	14.477	13.211
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	58.870	10.065
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	73.347	23.276

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	40.798	267	50.069	0	35.985	127.119	11	127.130
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	40.798	267	50.069	0	35.985	127.119	11	127.130
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.107	-4.287	25.820	4	25.824
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.317	0	29.317	4	29.321
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	790	-4.287	-3.497	0	-3.497
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	790	-790	0	0	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	-3.497	-3.497	0	-3.497
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	5.267	-267	-5.000	0	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	267	-267	0	0	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	5.000	0	-5.000	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	46.065	0	45.069	30.107	31.698	152.939	15	152.954

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-73.738	42.304	81.790	8	81.798
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-73.738	42.304	81.790	8	81.798
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.579	-3.776	20.803	6	20.809
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.790	0	23.790	6	23.796
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	789	-3.776	-2.987	0	-2.987
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	789	-789	0	0	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	-2.987	-2.987	0	-2.987
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-49.159	38.528	102.593	14	102.607

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	476.118	385.888
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	474.175	381.324
7.01.02	Outras Receitas	2.130	2.614
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-187	1.950
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-241.373	-186.272
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-190.458	-142.825
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-52.584	-41.152
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	1.696	-2.657
7.02.04	Outros	-27	362
7.02.04.01	Resultado de Operações Descontinuadas	-27	362
7.03	Valor Adicionado Bruto	234.745	199.616
7.04	Retenções	-7.197	-8.166
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.197	-8.166
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	227.548	191.450
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21.550	20.179
7.06.02	Receitas Financeiras	21.550	20.179
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	249.098	211.629
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	249.098	211.629
7.08.01	Pessoal	67.101	57.710
7.08.01.01	Remuneração Direta	58.543	49.600
7.08.01.02	Benefícios	4.867	4.645
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.691	3.465
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	114.694	95.794
7.08.02.01	Federais	66.420	55.175
7.08.02.02	Estaduais	47.996	40.455
7.08.02.03	Municipais	278	164
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.979	34.329
7.08.03.01	Juros	33.669	30.374
7.08.03.02	Aluguéis	4.310	3.955
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.324	23.796
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.317	23.790
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	7	6

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO 2T13

A Portobello S.A., empresa de capital aberto integrante do Novo Mercado da Bovespa, apresenta seus resultados referentes ao 2º trimestre de 2013 e o acumulado do ano. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em reais, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*). As comparações realizadas neste comunicado levam em consideração o segundo trimestre de 2012 e 2011.

Sobre a Portobello

A Portobello é hoje uma das maiores empresas de revestimentos cerâmicos da América Latina, com receita líquida anual superior a R\$ 700 milhões. Sua produção, próxima de 30 milhões de metros quadrados atende países dos cinco continentes e também o mercado interno, por meio de revendas multimarcas, da Portobello Shop e do canal de vendas para a engenharia. São 7 fábricas nas quais trabalham mais de dois mil e quatrocentos colaboradores, responsáveis pelo design e inovação de itens que lançam tendências na arquitetura e decoração no Brasil. Sediada em Tijucas, Santa Catarina, a empresa relata seus avanços em responsabilidade socioambiental desde 1997.

DESTAQUES

- A Receita Operacional Líquida no segundo trimestre de 2013 cresceu 32% sobre o 2T12 atingindo R\$ 208 milhões;
- O EBITDA atingiu R\$ 34 milhões, 30% acima do 2T12, com margem EBITDA de 16,4%;
- Lucro Líquido teve aumento de 29%, de R\$ 13 milhões no 2T12 para R\$ 16 milhões no 2T13;
- Os investimentos em ativo fixo totalizaram R\$ 83 milhões nos seis primeiros meses de 2013.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Portobello repetiu no segundo trimestre o desempenho ocorrido nos primeiros meses do ano, gerando excelente resultado no primeiro semestre e consolidando os obtidos nos anos anteriores, influenciados pelo bom momento do mercado da construção civil brasileira, aliado à nossa capacidade de capturar e potencializar essas oportunidades com otimizações e racionalizações internas em curso nos últimos anos. O desempenho alcançado neste semestre está evidenciado quando comparamos com os dados divulgados pela Associação Brasileira de Indústrias de Materiais de Construção (ABRAMAT), que mede o desempenho das vendas do setor da construção no mercado interno e que apresentou índice de 9,2% enquanto a receita líquida da Portobello, no mercado interno, apresentou 23,6% em igual período, 14,4% acima do mercado, evidenciando o excelente desempenho, bem acima da média setorial.

As medidas adotadas pela Administração, que manteve foco no mercado interno com produção concentrada em produtos de maior valor agregado e modelo de produção híbrido, com a terceirização de fabricação de produtos com menor valor agregado, permitiu atender, com flexibilidade e velocidade, a demanda de mercado.

A maturidade do lançamento de produtos de 2012 que, em conjunto com os lançamentos 2013, aliada as ações comerciais, contribuiu para crescimento acima do mercado, haja vista que o crescimento das nossas vendas no mercado interno foram superiores ao apontado pelos indicadores setoriais.

O sucesso das vendas está representado também pelo seu modelo de distribuição através de quatro canais distintos, com características específicas de portfólio de produtos, equipes de profissionais especializados, serviços, logística e política comercial. Destacando que a participação nos mercados externos está concentrada em produtos de maior rentabilidade, que confirmam os avanços da companhia em busca de competitividade internacional.

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As iniciativas de 2013 representam a largada ao novo patamar comercial da empresa. A Portobello, com a revisão de seu planejamento estratégico, vem se expandindo para atender a demanda por porcelanato de grandes formatos, que é crescente e vem acompanhada de um desejo de personalização e estilo cada vez maior, e também o mercado do Nordeste, com a instalação de uma nova fábrica no estado de Alagoas.

A Portobello acredita que seu processo de meritocracia, baseado em metas, avaliações e remuneração variável, vêm contribuindo significativamente para o processo de melhoria dos resultados.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado consolidado	2T11	2T12	2T13	Var. % 2T13 x 2T12	1S11	1S12	1S13	Var. % 1S13 x 1S12
Receita bruta	177.701	197.502	265.597	34%	339.987	386.823	486.043	26%
Receita líquida	140.572	157.169	207.601	32%	268.271	307.162	383.356	25%
Lucro bruto	41.716	55.869	72.460	30%	80.919	106.361	132.504	25%
<i>Margem bruta</i>	<i>29,7%</i>	<i>35,5%</i>	<i>34,9%</i>	<i>-0,6 p.p.</i>	<i>30,2%</i>	<i>34,6%</i>	<i>34,6%</i>	<i>0 p.p.</i>
Despesas operacionais	(30.820)	(33.778)	(42.023)	24%	(62.023)	(61.832)	(76.876)	24%
Vendas	(24.934)	(25.250)	(31.983)	27%	(46.186)	(47.736)	(58.104)	22%
Gerais e administrativas	(4.805)	(6.079)	(7.668)	26%	(8.995)	(11.563)	(13.919)	20%
Outras receitas (despesas)	(1.081)	(2.449)	(2.372)	-3%	(6.842)	(2.533)	(4.853)	92%
EBIT	10.896	22.091	30.437	38%	18.896	44.529	55.628	25%
<i>Margem EBIT</i>	<i>7,8%</i>	<i>14,1%</i>	<i>14,7%</i>	<i>0,6 p.p.</i>	<i>7,0%</i>	<i>14,5%</i>	<i>14,5%</i>	<i>0 p.p.</i>
Resultado financeiro ⁽¹⁾	(6.958)	(4.949)	(6.900)	39%	(12.276)	(10.190)	(12.117)	19%
Tributos sobre o Lucro	(1.689)	(4.866)	(7.274)	49%	(2.685)	(10.905)	(14.160)	30%
Lucro líquido acumulado ⁽²⁾	2.087	12.638	16.259	29%	3.714	23.796	29.324	23%
<i>Margem líquida</i>	<i>1,5%</i>	<i>8,0%</i>	<i>7,8%</i>	<i>-0,2 p.p.</i>	<i>1,4%</i>	<i>7,7%</i>	<i>7,6%</i>	<i>-0,1 p.p.</i>
EBITDA	14.832	26.222	34.102	30%	26.783	52.695	62.825	19%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>10,6%</i>	<i>16,7%</i>	<i>16,4%</i>	<i>-0,3 p.p.</i>	<i>10,0%</i>	<i>17,2%</i>	<i>16,4%</i>	<i>-0,8 p.p.</i>

(1) Inclui outros ganhos e perdas.

(2) Inclui resultado das operações da Portobello América, descontinuada em 2010. Os dados desta operação estão apresentados conf. as normas do CPC/IFRS.

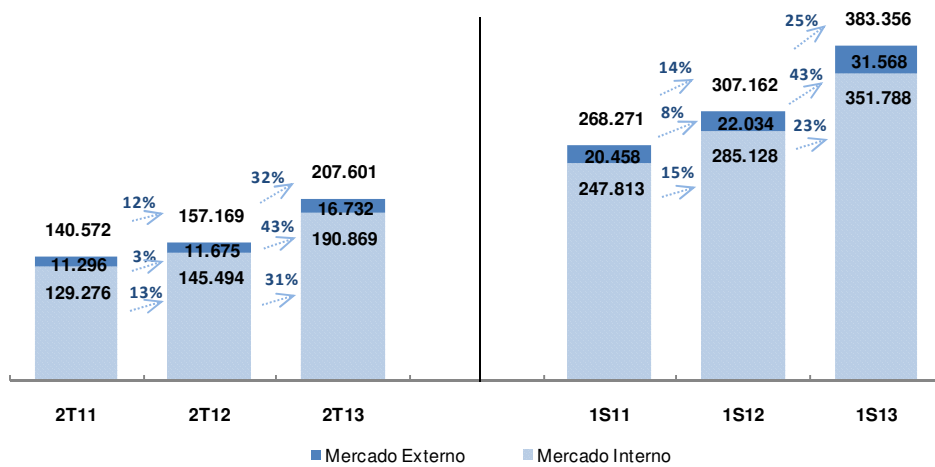
Receita Líquida

Neste 2T13 a receita líquida atingiu R\$ 208 milhões, com crescimento de 32% sobre o 2T12. No acumulado atingiu R\$ 383 milhões, 25% superior ao 1S12, 92% dos quais foram realizadas no mercado interno. A performance do mercado interno, 23% superior, teve participação similar entre os canais Engenharia, Varejo multimarcas e Portobello Shop. E o seu desempenho, continua sendo afetado por mix de produtos com maior valor agregado e aumento da participação de produtos adquiridos de terceiros. Já o mercado externo apresentou um crescimento de 43% quando comparado com 2012, por consequência do volume de vendas e também mix de produtos com maior valor agregado (preço médio maior).

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

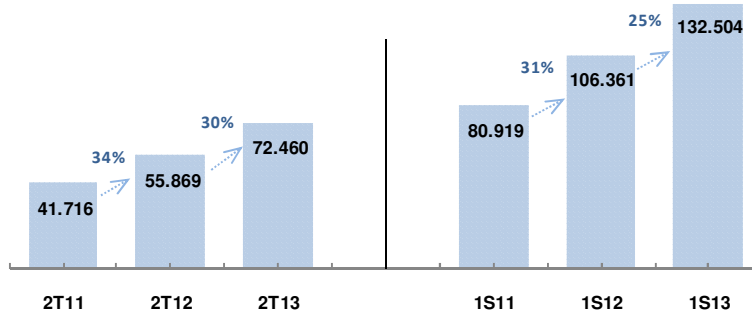
Receita Operacional Líquida



Lucro Bruto

O lucro bruto atingiu R\$ 72 milhões no trimestre findo em 30 de junho de 2013 e apresentou crescimento de 30% sobre o mesmo período do ano anterior, acumulando um ganho de 25% nos primeiros seis meses de 2013. Este desempenho, além do mix de produtos com maior valor agregado, com lucratividade maior por unidade vendida, à melhoria na performance industrial fruto das ações e medidas focadas em ganhos de produtividade, redução de custos, ganhos de qualidade e aperfeiçoamento contínuo dos processos industriais e logísticos.

Lucro Bruto



Resultado Operacional

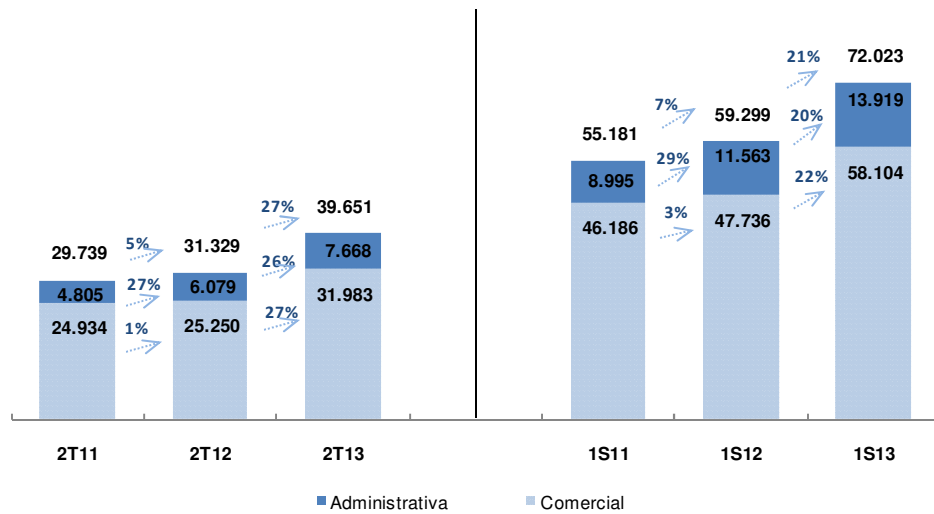
As despesas comerciais totalizaram R\$ 32 milhões no 2T13, fruto principalmente do maior investimento em marketing e força de vendas. Apesar do expressivo aumento, houve ganhos de escala tanto no trimestre quanto no acumulado do semestre, reduzindo a relação despesa comercial e receita líquida de 15,5% no 1S12 para 15,2% no 1S13.

As despesas administrativas somaram R\$ 8 milhões, correspondendo a um incremento de 26% sobre o mesmo período de 2012, e também mantiveram a mesma proporção da receita, em 4%. No acumulado do semestre, houve um crescimento estável na faixa de 20%, em função das despesas com consultorias e gastos com estudos relativos a planos de expansão.

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas Comerciais e Administrativas



As outras despesas operacionais líquidas de R\$ 2,3 milhões no trimestre referem-se principalmente a provisões para contingências e participação dos funcionários no resultado a ser pago após o final do exercício e valor referente ao programa de incentivo de longo prazo.

O resultado operacional antes do financeiro (EBIT) alcançou R\$ 30 milhões no 2T13, apresentando um crescimento de 38% quando comparado ao 2T12. A relação EBIT sobre a receita líquida apresentou uma margem de 15%. No acumulado do semestre o EBIT alcançou R\$ 56 milhões, 25% superior ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA

O EBITDA somou R\$ 34 milhões no trimestre e acumulou R\$ 63 milhões no 1S13, crescendo 30% e 19% respectivamente sobre os resultados obtidos no mesmo período de 2012. A margem EBITDA foi de 16%.

EBITDA	2T11	2T12	2T13	Var. % 2T13 x 2T12	1S11	1S12	1S13	Var. % 1S13 x 1S12
Lucro líquido	2.086	12.635	16.255	29%	3.711	23.790	29.317	23%
Resultado financeiro e outros ganhos e perdas	6.958	4.949	6.900	39%	12.276	10.190	12.117	19%
Depreciação e amortização	3.936	4.131	3.665	-11%	7.887	8.166	7.197	-12%
Imposto de renda e contribuição social	1.689	4.866	7.274	49%	2.685	10.905	14.160	30%
Operações descontinuadas e outros	163	(359)	8	-102%	224	(356)	34	-110%
(=) EBITDA das operações continuadas ⁽¹⁾	14.832	26.222	34.102	30%	26.783	52.695	62.825	19%
% da receita líquida	10,6%	16,7%	16,4%	-0,3 p.p.	10,0%	17,2%	16,4%	-0,8 p.p

(1) De acordo com o CPC/IFRS, as operações descontinuadas não fazem parte do resultado operacional.

Resultado Financeiro

Neste trimestre o resultado financeiro apresentou despesa líquida R\$ 7 milhões, dos quais R\$ 2,5 milhões são referentes à variação cambial no período. No semestre acumulou R\$ 12 milhões. Embora o endividamento apresente um crescimento relevante neste trimestre em função dos investimentos, a Companhia vem captando linhas de financiamento a custos menores.

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ENDIVIDAMENTO / ESTRUTURA DE CAPITAL

Em 30 de junho de 2013 o endividamento bancário líquido era de R\$ 211 milhões, contra R\$ 100 milhões ao fim do 2T12, em função dos investimentos em expansão. Já o endividamento tributário apresentou redução de 11%, efeito do pagamento das parcelas devidas.

Endividamento	2T11	2T12	2T13
Bancário líquido			
Circulante	100.776	84.219	106.209
Não circulante	47.913	38.866	178.428
Total do endividamento bancário	148.689	123.085	284.637
Disponibilidades e títulos e valores mobiliários	14.376	23.276	73.347
Total do endividamento bancário líquido	134.313	99.809	211.290
Tributário	150.700	140.952	124.982
Total endividamento	285.013	240.761	336.272

Alavancagem financeira	2T11	2T12	2T13
Endividamento bancário líquido	134.313	99.809	211.290
Endividamento tributário	150.700	140.952	124.982
EBITDA (últimos 12 meses)	76.671	103.549	139.383
(=) Dívida bancária líquida / EBITDA	1,8	1,0	1,5
(=) Dívida bancária líquida e tributária líquida / EBITDA	3,7	2,3	2,4

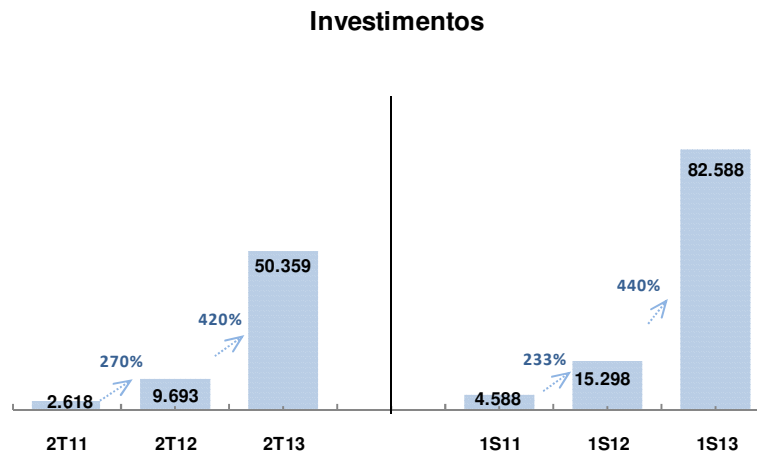
Conforme destacado na Nota Explicativa 12, a Companhia detém créditos lastreados por contrato da parte relacionada Refinadora Catarinense S/A, provenientes de ação judicial ganha movida por esta contra a Fazenda Nacional (Crédito Prêmio IPI). Ressalta-se que são créditos garantidos por ação transitada em julgado e já transformados em precatórios, pagos anualmente por um período de 10 anos. Já foram recebidas duas parcelas, a primeira em agosto/2011 no valor de R\$ 10.097 e a segunda em março/2013 no valor de R\$ 11.254, ambas com a aplicação de deságio conforme possibilita o contrato. O saldo desses créditos em 30 de junho de 2013 representa R\$ 91.588 e, quando deduzidos do endividamento total, totalizam R\$ 244.684, representando uma relação Dívida Líquida (bancária e tributária) / EBITDA de 1,75 vezes.

INVESTIMENTOS

Os investimentos em ativos fixos estão concentrados em Tijucas com a implantação de uma linha completa de porcelanato grandes formatos. Com equipamentos totalmente automatizados de tecnologia italiana de última geração, com alta produtividade e baixo consumo energético, que entrou em operação em julho de 2013. Além de investimentos em aperfeiçoamento do modelo logístico, tanto em armazenagem como em distribuição.

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

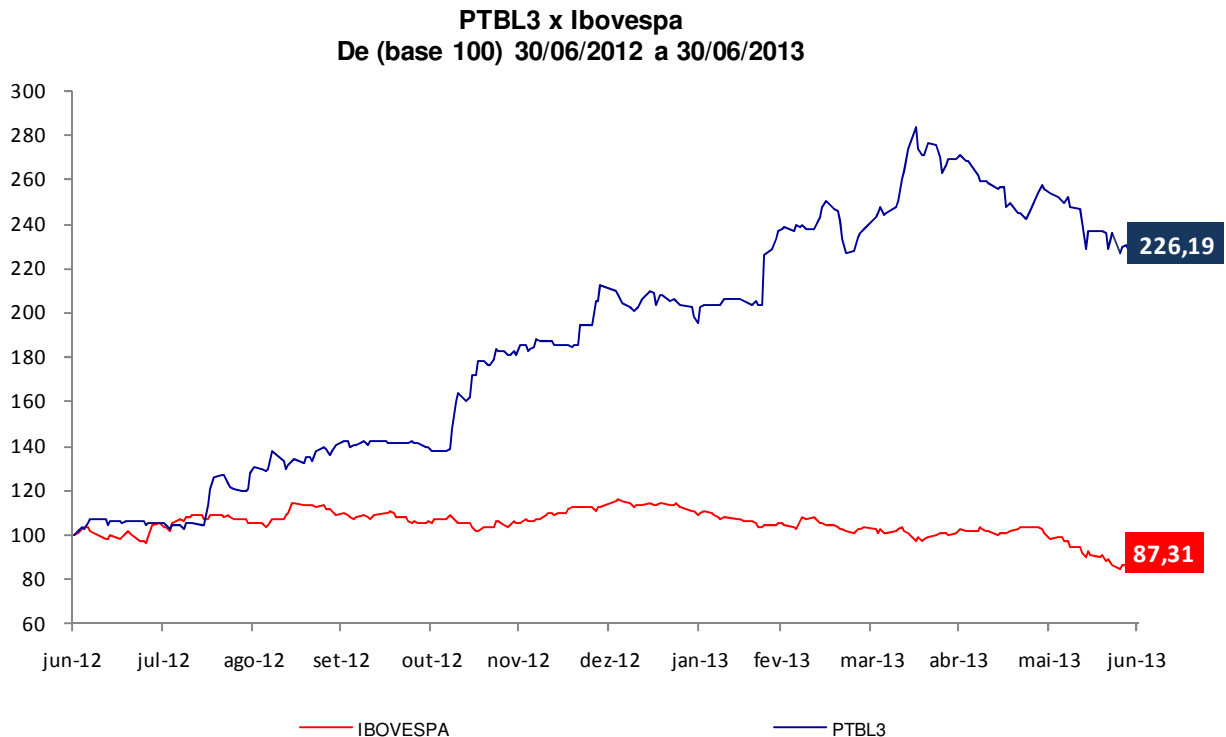
O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 12 de agosto de 2013 para pagamento no exercício de 2013 o total de R\$ 2,8 milhões a título de dividendos antecipados e R\$ 4,2 milhões a título de juros sobre capital próprio. Com esta deliberação, o montante a ser pago será de R\$ 7 milhões (R\$ 6,3 milhões, líquido de imposto de renda). O total distribuído equivale a 22% do lucro líquido da Companhia no 1S13 e representa um *yield* (dividendo por ações dividido pela cotação final das ações) de 0,84%.

DESEMPENHO DAS AÇÕES PTBL3

As ações ordinárias emitidas pela Portobello, negociadas na BM&FBovespa sob o código PTBL3, encerraram o último pregão de junho de 2013 cotadas a R\$ 4,75, apresentando valorização de 126% nos últimos doze meses, enquanto o Ibovespa registrou queda de 13%. Ao final do segundo trimestre de 2013, a Portobello apresentava um valor de mercado equivalente a R\$ 755 milhões (R\$ 334 milhões em 30 de junho de 2012).

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



PERSPECTIVAS

- Embora a economia brasileira tenha mostrado baixo crescimento, a Companhia estima a manutenção dos níveis de crescimento das vendas no mercado interno, em função dos lançamentos de empreendimentos imobiliários e da demanda percebida no varejo;
- A Portobello espera a continuidade da maior demanda por materiais de construção e por materiais de acabamento de maior valor agregado, segmento onde está inserida, também influenciada pela alíquota zero de IPI para produtos cerâmicos, prorrogada até o final de 2013. Para tanto, iremos aumentar a oferta com mais produtos adquiridos de terceiros e implantação de nova linha para produção de grandes formatos, com aumento da capacidade em 20% e investimentos na ordem de R\$ 86 milhões;
- A Companhia acredita e tem direcionado os seus esforços para o mercado doméstico, seja ampliando sua gama de serviços e produtos dirigida ao mercado imobiliário e comercial das grandes construtoras, seja ampliando os investimentos em marketing e produtos de maior valor agregado para atender as redes de varejo e principais “home centers” brasileiros. Assim, esperamos manter o ritmo de crescimento apresentado nos últimos anos;
- A exportação tem se mostrado um mercado com potencial de crescimento. A crescente demanda por produtos de maior valor agregado possibilita à Portobello atender este mercado potencializando sua lucratividade;
- No segmento das lojas especializadas, sua rede de franquias – Portobello Shop – tem programada a abertura de novas lojas em diversos Estados: Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Paraíba, Acre, Amapá, São Paulo e Minas Gerais;
- As vendas de produtos das novas coleções lançadas em 2013 na mais importante feira de nosso setor – Revestir – foram até o momento superiores as expectativas iniciais, o que confirma que as políticas adotadas continuarão a incrementar a lucratividade das vendas;
- Continuidade nos ganhos de produtividade, com consequentes reduções de custos de produção e ganho de qualidade, os investimentos em logística e nosso processo de meritocracia indicam a manutenção ou incremento da lucratividade aos níveis obtidos em 2012;

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- A Companhia tem sofrido pressões inflacionárias nos custos dos insumos, principalmente energia e mão de obra, que necessitarão ser neutralizados pela constante busca por ganhos de produtividade. O risco de aumento no gás natural existe e pode afetar a competitividade da Portobello e da indústria cerâmica catarinense;
- A Portobello considera importantes as medidas em análise pelos órgãos governamentais objetivando revisar as tarifas de importação dos porcelanatos técnicos de forma a regularizar a competitividade da indústria nacional neste segmento específico de produtos;
- Este ano, o setor cerâmico foi beneficiado pela desoneração da folha de pagamento, o que irá melhorar a competitividade do setor cerâmico brasileiro;
- A SECEX (Secretaria de Comércio Exterior) abriu processo de investigação antidumping de porcelanato técnico, cujo escopo é verificar a existência de dumping nas importações brasileiras de produtos da China. A publicação foi feita em julho de 2013, e foi motivada pela petição protocolada em outubro de 2012 pela Anfacer visando resguardar a indústria doméstica dos danos decorrentes de tal prática.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Como um dos importantes valores de sua marca, a Sustentabilidade é para a Companhia um compromisso permanente com o futuro nas áreas ambiental, social e econômica através da adoção de práticas que garantam a perenidade do meio ambiente, da sociedade e do negócio.

Na área ambiental, a empresa tem um Sistema de Gestão que permite o alinhamento da produção e administração com os requisitos legais, a prevenção da poluição e a melhoria contínua. O Gás Natural utilizado em 100% da produção (cujo volume consumido vem caindo devido à implantação de projetos de racionalização), a reciclagem, reutilização ou reforma de todos os resíduos sólidos e o circuito fechado de água utilizada no processo produtivo são exemplos dessa prática.

No primeiro semestre de 2013 já foram investidos cerca de R\$ 656 mil em ações com o meio ambiente como execução de estudos de investigação ambiental e o monitoramento de efluentes e de emissões aéreas. Mantemos áreas equivalentes de preservação permanente para as áreas próprias de onde retiramos matéria-prima, sendo 291 hectares com preservação garantida. Reduzimos de 5 para 3 anos o tempo de retorno das áreas exploradas para sua vocação natural através de um especial método de recuperação.

No nosso portfólio, constam diferentes madeiras em porcelanato que unem design e ecologia poupando cada vez mais árvores. Nossos produtos têm, em média, 18% de conteúdo reciclado, que garante 1 ponto para os projetos na avaliação *Green Building*. As linhas *Planet* e *Habitat* têm mais de 20% de conteúdo reciclado, mostrando que é possível fazer mais com menos. A Portobello foi à primeira empresa brasileira a produzir porcelanato Extra Fino com 5,0mm de espessura. Mais leve e fácil de manusear, cortar e transportar. Extra Fino Portobello reduz o consumo de recursos energéticos e naturais, além de não gerar resíduos na aplicação sobreposta.

Na área social há que se destacar em 2013 a publicação do Relatório de Sustentabilidade e a publicação da 2ª edição do livro *Arquitetura Brasileira*, que promove a produção dos arquitetos brasileiros, o programa *Atleta do Futuro* que atende mais de 300 crianças da comunidade, o programa de Estágio e *Trainee* que visa formar futuros profissionais e a gestão da responsabilidade social, que compete a um Conselho composto por funcionários. Em 2012, 240 crianças participaram do Projeto Atletas do Futuro, 43 participaram do Coral Anjos Luz e em torno de R\$ 200mil foram doados para obras de interesse social em 2011 e 2012.

A Portobello ainda desenvolve as seguintes iniciativas de responsabilidade socioambiental:

- Logística – embalagens recicláveis e ergonômicas
 - Programa de vacinação, saúde no trabalho e prevenção a acidentes
 - Programa de inclusão para pessoas com necessidades especiais
 - Patrocínios e doações a entidades filantrópicas e culturais
 - Olimpíada interna para colaboradores
 - Campanha do agasalho e Natal Voluntário
-

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para implantar esta visão no campo da sustentabilidade, a Portobello conta um Conselho de Sustentabilidade, que assessora a Diretoria na fixação das políticas e das estratégias da empresa nas áreas ambiental, social e de governança corporativa. Analisa os diversos programas e projetos existentes na empresa, voltados para os públicos interno e externo, avalia sua repercussão e alcance nas três dimensões ambientais, sociais e de Governança Corporativa e sugere ações que possam contribuir para a eficácia dos mesmos.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A política da Portobello em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se substancia nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar por seu cliente. Durante o 2T13, a Companhia não contratou os auditores independentes para outros serviços não relacionados à auditoria externa.

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Diretoria

Nome	Cargo
Cesar Gomes Júnior	Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Diretor Vice-Presidente
John Shojiro Suzuki	Diretor Financeiro/Relações com Investidores
Mauro do Valle Pereira	Diretor

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Cesar Bastos Gomes	Presidente
Cesar Gomes Júnior	Vice-Presidente (Diretor Presidente)
Cláudio Ávila da Silva	Conselheiro (Diretor Vice-Presidente)
Plínio Villares Musetti	Conselheiro (Independente)
Francisco Amaury Olsen	Conselheiro (Independente)
Glauco José Côte	Conselheiro (Independente)
Mário José Gonzaga Petrelli	Conselheiro (Independente)
Maurício Levi	Conselheiro (Independente)
Rami Naum Goldfajn	Conselheiro (Independente)

Visite o Site de Relações com Investidores: www.portobello.com.br/ri

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Portobello S.A., também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, que detém em 30 de junho de 2013 60,81% das ações da sociedade. Os 39,19% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que em 30 de junho de 2013 está classificada como uma operação descontinuada conforme descrito na nota explicativa nº 36; (ii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra uma loja em Belo Horizonte; e a (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, especializadas em revestimentos cerâmicos. É a única franquia de revestimentos cerâmicos do Brasil e conta com 112 lojas.

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As Demonstrações Contábeis Intermediárias consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais.

Assim sendo, as Demonstrações Contábeis Intermediárias consolidadas do Grupo e as Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As referidas Demonstrações Contábeis Intermediárias foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração de Demonstrações Contábeis Intermediárias (ITR).

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A emissão das Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2013.

b) Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias:

- o ativo atuarial de benefício definido que é reconhecido como ativo do plano, acrescido do custo de serviço passado e perdas atuariais, deduzido dos ganhos e do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme nota 3.18.
- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto a moeda funcional da controlada Portobello América, Inc. que é o dólar americano, convertido para o real na data de apresentação, conforme nota explicativa nº 3.3 b). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na nota explicativa nº 4.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Consolidação

3.1.1 Demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia em empresas controladas é como segue:

	Percentual do capital	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Portobello América, Inc.	100,00	100,00
PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda.	99,94	99,94
Portobello Shop S.A.	99,90	99,90
Mineração Portobello Ltda.	99,76	99,76

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia ou suas controladas deixam de ter controle, qualquer participação retida é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se os ativos e passivos relacionados tivessem sido diretamente alienados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

3.1.2 Demonstrações contábeis intermediárias individuais

Nas demonstrações contábeis intermediárias individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como outros ganhos e perdas líquidos, exceto as operações de financiamentos que estão reconhecidas no resultado financeiro, conforme descrito nas notas explicativas n° 33 e n° 34.

b) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

3.4 Ativos Financeiros

3.4.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem "contas a receber de clientes", bem como "caixa e equivalentes de caixa".

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

d) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São basicamente os títulos e valores mobiliários que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

e) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda de curto prazo e classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

3.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual há o compromisso de compra ou venda do ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.5 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
 - ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
 - iii) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
 - iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
 - v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
- mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

3.5.1 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

3.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.7 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

3.8 Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobrás são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal e estão atualizados por índice de inflação, acrescidos de 12% a.a.

3.9 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da equivalência patrimonial". No passivo circulante está classificada a provisão para perda em investimento na controlada Portobello América que está em fase de descontinuação.

Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa nº 18).

3.10 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	33
Máquinas e equipamentos	14
Móveis e utensílios	10
Computadores	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (nota explicativa nº 19).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

3.11 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização calculadas pelo método linear, mencionadas na nota explicativa nº 20, levando em consideração a vida útil definida para o ativo, como segue:

	Anos
Softwares	5
Direito de exploração de jazidas	5
Marcas e patentes	Indefinida
Fundo de comércio	Indefinida
Sistema de gestão	(a)

(a) Ativo intangível em formação e sua vida útil ainda será definida.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável e entende que os saldos em 30 de junho de 2013 estão próximos do valor justo.

3.12 Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia e suas controladas assumem substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos", e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais, descritas na nota explicativa nº 19.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia e suas controladas são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

3.13 Impairment de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

3.16 Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis intermediárias, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

3.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.18 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

A Companhia não utiliza o método corredor, assim não houve impactos da alteração do CPC 33, IAS 19 (R1).

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica “Outros” e na demonstração do resultado sob a rubrica “Outras despesas operacionais”. Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados.

c) Incentivo de longo prazo

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a entidade recebe serviços dos empregados como contraprestação por caixa ou ações da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções (caixa ou pagamento em ações), é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia (nota explicativa 29). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

3.19 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa nº 30.

3.20 Custos de emissão

Os custos de emissão de ações são reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia, deduzindo o valor das ações emitidas.

3.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.22 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

3.23 Resultado de operações descontinuadas

O resultado de operação descontinuada é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment* e são apresentadas na nota explicativa nº 36.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados e de

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

resultados abrangentes comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

3.24 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.,

3.25 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.26 Novas normas contábeis

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2013, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia e suas controladas.

- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O IFRS 9 é aplicável somente a partir de 1º de janeiro de 2015.
- O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle.
- IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto.

- IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.
- IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.

A adoção das referidas normas não resultam em nenhuma alteração em relação ao método usado na elaboração das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

4.1 Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando o valor dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas demonstrações contábeis intermediárias e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 28.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa, desta forma de acordo com os consultores jurídicos, é praticamente certo a chancela definitiva dos valores postulados.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A já efetuou o pagamento em agosto de 2011 e março de 2013 de parte dos haveres em favor da Companhia correspondente respectivamente à primeira e segunda parcela anual, de um total de 10 parcelas, conforme disposição contratual.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon).

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa nº 22(h). O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações contábeis intermediárias.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, basicamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a receber	19.565	18.183	19.565	18.183
Créditos com controladas	45.362	41.839	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(45.020)	(41.496)	-	-
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(36.382)	(22.205)	(36.382)	(22.205)
Empréstimos e financiamentos	(65.899)	(48.006)	(65.899)	(48.006)
Comissões	(827)	(815)	(827)	(815)
Passivos líquidos expostos	(83.201)	(52.500)	(83.543)	(52.843)

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Em moeda estrangeira			
		Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a receber	euro	304	176	304	176
Fornecedores, líquido de adiantamentos	euro	(4.493)	(1.305)	(4.493)	(1.305)
Empréstimos e financiamentos	euro	(177)	(265)	(177)	(265)
Comissões	euro	(35)	(23)	(35)	(23)
		(4.401)	(1.417)	(4.401)	(1.417)
Contas a receber	dolar	6.367	6.907	6.367	6.907
Créditos com controladas	dolar	20.474	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	dolar	(20.319)	(20.306)	-	-
Fornecedores, líquido de adiantamentos	dolar	(10.574)	(9.145)	(10.574)	(9.145)
Empréstimos e financiamentos - FINIMP	dolar	(17.696)	(16.143)	(17.696)	(16.143)
Empréstimos e financiamentos - Outros	dolar	(11.818)	(7.000)	(11.818)	(7.000)
Comissões	dolar	(363)	(372)	(363)	(372)
		(33.929)	(25.585)	(34.084)	(25.753)

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações. Temporariamente neste trimestre a exposição foi equivalente a um ano e meio.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *Swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *Swap*, são menores que aquelas disponíveis se a Companhia tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *Swap* de taxas de juros, a Companhia concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados, a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (notional) acordados entre as partes.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Controladora								
30 de junho de 2013					31 de dezembro de 2012			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	105.248	961	131.250	14.768	74.667	917	120.541	22.029
Entre um e dois anos	93.328	991	-	25.302	17.507	1.274	-	26.377
Entre dois e cinco anos	85.699	-	-	28.368	72.356	209	-	28.251
Acima de cinco anos	368	-	-	55.156	2.290	-	-	54.933
Total	284.643	1.952	131.250	123.594	166.820	2.400	120.541	131.590

Consolidado								
30 de junho de 2013					31 de dezembro de 2012			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	105.248	961	131.973	15.325	74.667	917	121.532	22.961
Entre um e dois anos	93.321	991	-	25.678	17.500	1.274	-	26.809
Entre dois e cinco anos	86.600	-	-	28.521	72.328	209	-	28.404
Acima de cinco anos	368	-	-	55.458	3.240	-	-	55.233
Total	285.537	1.952	131.973	124.982	167.735	2.400	121.532	133.407

d) Análise de sensibilidade

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 30 de junho de 2013 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 7,72% e TJLP de 5,00%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	30 de junho de 2013	Risco	Consolidado em Reais					
			Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações (remuneradas 88,96% CDI)	71.834	Baixa CDI	7,72%	4.933	5,79%	3.700	3,86%	2.467
Total	71.834			4.933		3.700		2.467
Operação								
Empréstimos - Capital de giro	(18.032)	Alta CDI	7,72%	(1.392)	9,65%	(1.740)	11,58%	(2.088)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(61.257)	Alta CDI	7,72%	(4.729)	9,65%	(5.911)	11,58%	(7.094)
Empréstimos - Trade 4131 Swap	(50.391)	Alta CDI	7,72%	(3.890)	9,65%	(4.862)	11,58%	(5.835)
Empréstimos - BNDES	(30.939)	Alta TJLP	5,00%	(1.547)	6,25%	(1.934)	7,50%	(2.320)
Total	(160.619)			(11.558)		(14.447)		(17.337)

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 30 de junho de 2013 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações contábeis intermediárias. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	30 de junho de 2013	Consolidado em Reais					
		Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	19.565	2,2156	-	2,7695	4.891	3,3234	9.783
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(36.382)	2,2156	-	2,7695	(9.095)	3,3234	(18.191)
Empréstimos e financiamentos	(65.899)	2,2156	-	2,7695	(16.475)	3,3234	(32.950)
Comissões	(827)	2,2156	-	2,7695	(207)	3,3234	(414)
Passivos líquidos expostos	(83.543)	2,2156	-	2,7695	(20.886)	3,3234	(41.772)

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2013 podem ser assim sumariados:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Empréstimos e financiamentos	283.743	165.600	284.637	166.515
Parcelamento de obrigações tributárias	123.594	131.590	124.982	133.407
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(916)	(56.576)	(73.347)	(58.870)
Créditos com outras pessoas ligadas	(91.588)	(100.398)	(91.588)	(100.398)
Dívida líquida	314.833	140.216	244.684	140.654
Total do patrimônio líquido	152.939	127.119	152.954	127.127
Total do capital	467.772	267.335	397.638	267.781
Índice de alavancagem financeira (%)	67	52	62	53

A Companhia conta com linhas de créditos disponíveis e não utilizadas no montante de R\$ 159.197 em 30 de junho de 2013. Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 02 de julho de 2013 a Companhia possui linha de crédito aprovada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A no valor de R\$ 147.784, cuja finalidade é o investimento da nova unidade fabril na cidade de Marechal Deodoro (AL).

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	916	56.576	73.347	58.870
Contas a receber de clientes	160.567	137.626	166.513	142.678
Total	161.483	194.202	239.860	201.548
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Fornecedores	131.082	120.122	131.805	121.113
Empréstimos e financiamentos	283.743	165.600	284.637	166.515
Parcelamento de obrigações tributárias	123.594	131.590	124.982	133.407
Total	538.419	417.312	541.424	421.035

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Conta corrente	916	3.155	1.513	3.655
Aplicações financeiras	-	53.421	71.834	55.215
Total	916	56.576	73.347	58.870

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo no segundo trimestre de 2013 foi equivalente a 88,96% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

7 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 50.000 ao custo de 9,8% a.a. pré fixado, mas com *Swap* para CDI detalhado no item (a) abaixo e prazo de pagamento em 60 meses com carência de 24 meses. Esta operação está classificada no passivo não circulante, atrelada ao grupo de empréstimos e financiamentos. As amortizações são semestrais com início em dezembro de 2014.

a) *Swap* de taxa de juros

Os valores de referência (notional) do contrato de *Swap* de taxas de juros, no trimestre findo em 30 de junho de 2013 correspondem a R\$ 50.000 à taxa de CDI+1,60% a.a. As amortizações são semestrais, portanto até esta data não ocorreram.

O risco da operação foi registrado no ativo circulante no montante de R\$ 12 e a parcela reconhecida no resultado em 30 de junho de 2013 totaliza um ganho de R\$ 91 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a receber de terceiros:				
Clientes - mercado interno	140.917	118.935	146.872	123.999
Clientes - mercado externo	19.565	18.183	19.565	18.183
	<u>160.482</u>	<u>137.118</u>	<u>166.437</u>	<u>142.182</u>
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	1.199	1.417	1.199	1.417
	<u>1.199</u>	<u>1.417</u>	<u>1.199</u>	<u>1.417</u>
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(1.072)	(882)	(1.081)	(894)
Recomposição do valor nominal ao valor presente	(42)	(27)	(42)	(27)
	<u>(1.114)</u>	<u>(909)</u>	<u>(1.123)</u>	<u>(921)</u>
Total	<u>160.567</u>	<u>137.626</u>	<u>166.513</u>	<u>142.678</u>

A movimentação da provisão para *impairment* de contas a receber é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2012	882	894
Provisão (reversão) para <i>impairment</i> de contas a receber	190	187
Em 30 de junho de 2013	<u>1.072</u>	<u>1.081</u>

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício como despesas comerciais.

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento com classificação provisionados e não provisionados

	Controladora							
	30 de junho de 2013	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2012	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	152.702	152.562	-	140	125.911	125.700	-	211
Vencidos até 30 dias	7.099	-	7.063	36	10.846	-	10.834	12
Vencidos de 31 a 90 dias	342	-	293	49	759	-	727	32
Vencidos de 91 a 360 dias	1.142	-	582	560	819	-	307	512
Vencidos há mais de 360 dias	396	-	109	287	200	-	85	115
Total	<u>161.681</u>	<u>152.562</u>	<u>8.047</u>	<u>1.072</u>	<u>138.535</u>	<u>125.700</u>	<u>11.953</u>	<u>882</u>

* Para constituição da provisão para devedores duvidosos considera-se a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							
	30 de junho de 2013	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2012	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	158.556	158.416	-	140	130.850	130.639	-	211
Vencidos até 30 dias	7.144	-	7.108	36	10.918	-	10.906	12
Vencidos de 31 a 90 dias	373	-	324	49	760	-	728	32
Vencidos de 91 a 360 dias	1.163	-	599	564	871	-	347	524
Vencidos há mais de 360 dias	400	-	108	292	200	-	85	115
Total	167.636	158.416	8.139	1.081	143.599	130.639	12.066	894

* Para constituição da provisão para devedores duvidosos considera-se a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 22. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 30 de junho de 2013, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 64.216 (R\$ 63.229 em 31 de dezembro de 2012).

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Produtos acabados	116.709	96.460	116.962	96.636
Produtos em processo	5.783	7.826	5.783	7.826
Matérias-primas e materiais de consumo	10.667	11.174	10.667	11.174
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(6.888)	(5.505)	(6.955)	(5.568)
Importações em andamento	11.244	9.977	11.244	9.977
Total	137.515	119.932	137.701	120.045

10 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Adiantamento a fornecedores	9.260	2.156	8.000	954
Mercado interno	6.942	2.112	5.682	910
Mercado externo	2.318	44	2.318	44
Total	9.260	2.156	8.000	954

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Circulante				
ICMS	746	530	769	540
IPI (a)	981	820	981	820
IRPJ/CSLL	-	-	456	459
Outros	142	100	362	245
Total	1.869	1.450	2.568	2.064
Não circulante				
PIS/COFINS sobre ativo imobilizado	2.416	-	2.416	-
ICMS sobre ativo imobilizado	3.067	1.682	3.067	1.682
Total	5.483	1.682	5.483	1.682

a) A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Portobello S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, foi pela quarta vez prorrogada, conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e será mantida até 31 de dezembro de 2013. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

12 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e "Refinadora" firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 30 de junho de 2013, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 91.588 (R\$ 100.398 em 31 de dezembro de 2012) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantia já se transformaram em precatório, com efeito. A Companhia recebeu em agosto de 2011 o valor de R\$ 8.505 referente à primeira parcela anual, de um total de 10

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

parcelas, conforme disposto em contrato. Já a segunda parcela no valor de R\$ 9.824, a Companhia recebeu em março de 2013.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

13 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa nº 26) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Cível	43	43	43	43
Trabalhista	7.188	6.450	7.225	6.487
Tributária	2.101	1.964	2.101	1.964
Total	9.332	8.457	9.369	8.494

14 Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 16 de dezembro de 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução. Nesta ocasião, a Eletrobrás e União Federal embargaram o processo, reconhecendo como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da Eletrobrás que foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

A Justiça Federal determinou que o núcleo de contabilidade apurasse o valor remanescente devido à Companhia. A contabilidade apurou então o valor de R\$ 12.064 em 01 de fevereiro de 2006. A Companhia reconheceu o valor apurado pela perícia judicial e mantém estes valores atualizados pelo INPC acrescido de 12% a.a. Em 30 de setembro de 2010, o saldo remanescente era de R\$ 15.613 antes da atualização.

Submetido o cálculo à revisão, a contabilidade da Justiça Federal apresentou novos valores, apurando como 'condenação líquida' o valor de R\$ 24.749. Em setembro de 2010 a Companhia reconheceu a diferença entre os valores apurados anteriormente e o cálculo atual da contabilidade da Justiça Federal no montante de R\$ 9.136, registrada sob rubrica "Outras receitas operacionais". O valor do ativo em 30 de junho de 2013 é de R\$ 40.464 (R\$ 36.819 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O regime tributário da Companhia é lucro real anual, desta forma, durante o exercício social os pagamentos por estimativa são registrados no passivo circulante em contas redutoras dos valores de IRPJ e CSLL a pagar. Esta forma de contabilização foi adotada a partir de 2012, sendo que em 2011 os pagamentos por estimativa foram registrados no ativo circulante.

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Imposto de renda	-	-	409	413	(1.989)	(2.564)	(2.536)	(3.045)
Contribuição social	-	-	47	46	(718)	(924)	(915)	(1.097)
Total	-	-	456	459	(2.707)	(3.488)	(3.451)	(4.142)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis intermediárias. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	25.136	24.867
Diferenças temporárias ativas	25.136	24.867
Portobello previdência	(313)	(246)
Provisão para ajuste a valor de mercado	2.836	2.377
Provisão para contingências	6.374	6.126
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	12.050	11.171
Provisão para devedores duvidosos	364	300
Provisão participação nos lucros	904	1.775
Provisão incentivo de longo prazo	1.039	740
Outras diferenças temporárias ativas	1.882	2.624
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(41.194)	(41.176)
Diferenças temporárias passivas	(41.194)	(41.176)
Realização da reserva de reavaliação	(17.664)	(17.933)
Recebíveis da Eletrobrás	(13.757)	(12.518)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(4.527)	(4.376)
Ajuste a valor presente - Prodec	(933)	(1.231)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(57)	(142)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(4.553)	(4.639)
Variações cambiais pelo regime de caixa	297	(337)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(16.058)	(16.309)

A movimentação líquida em 30 de junho 2013 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2012	(16.309)
Diferenças temporárias ativas	269
Diferenças temporárias passivas	(287)
Reserva de reavaliação	269
Em 30 de junho de 2013	(16.058)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado			
	2º Trimestre		Acumulado	
	30 de	30 de	30 de	30 de
	junho de	junho de	junho de	junho de
	2013	2012	2013	2012
	Debitado (creditado)		Debitado (creditado)	
	ao resultado		ao resultado	
Ativo de imposto diferido				
Prejuízos fiscais	-	(1.374)	-	(3.013)
Portobello previdência	(35)	(13)	(67)	(42)
Provisão para ajuste a valor de mercado	256	27	459	76
Provisão para contingências	(14)	226	248	526
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	174	708	879	1.453
Provisão para devedores duvidosos	35	(645)	64	(624)
Provisão participação nos lucros	(1.235)	329	(871)	841
Provisão para incentivo de longo prazo	299	-	299	-
Outras diferenças temporárias ativas	(20)	141	(742)	222
Total	(540)	(601)	269	(561)
Realização da reserva de reavaliação	134	134	269	268
Recebíveis da Eletrobrás	(582)	(467)	(1.239)	(929)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(79)	(94)	(151)	(197)
Ajuste a valor presente - Prodec	15	208	298	478
Ajuste a valor presente de fornecedores	(5)	15	85	41
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	45	33	86	64
Variações cambiais pelo regime de caixa	731	466	634	242
Total	259	295	(18)	(33)
	(281)	(306)	251	(594)

A Companhia não possui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos resultantes de prejuízos fiscais não reconhecidos.

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

Movimentação do 2º trimestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de	30 de	30 de	30 de
	junho de	junho de	junho de	junho de
	2013	2012	2013	2012
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(5.110)	(3.199)	(6.993)	(4.560)
Total do imposto corrente	(5.110)	(3.199)	(6.993)	(4.560)
Imposto diferido				
Geração de diferenças temporárias ativas (passivas)	(281)	(306)	(281)	(306)
Total do imposto diferido	(281)	(306)	(281)	(306)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(5.391)	(3.505)	(7.274)	(4.866)

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Lucro antes do imposto	21.646	16.140	23.537	17.142
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos locais	(7.360)	(5.488)	(8.002)	(5.828)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	1.163	949	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	478	43	478	43
Depreciação de ativos reavaliados	(134)	(134)	(134)	(134)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	743	1.431	665	1.359
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(281)	(306)	(281)	(306)
Encargo fiscal	(5.391)	(3.505)	(7.274)	(4.866)

Movimentação do 1º semestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(10.911)	(7.017)	(14.411)	(10.311)
Total do imposto corrente	(10.911)	(7.017)	(14.411)	(10.311)
Imposto diferido				
Geração de diferenças temporárias ativas (passivas)	251	(594)	251	(594)
Total do imposto diferido	251	(594)	251	(594)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(10.660)	(7.611)	(14.160)	(10.905)

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Lucro antes do imposto	39.977	31.401	43.511	34.339
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos locais	(13.593)	(10.677)	(14.793)	(11.675)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	1.829	2.050	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	844	123	770	123
Depreciação de ativos reavaliados	(269)	(268)	(269)	(268)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	278	1.755	(119)	1.509
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	251	(594)	251	(594)
Encargo fiscal	(10.660)	(7.611)	(14.160)	(10.905)

16 Ativo tributário

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9 referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favoravelmente à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal. A Companhia tem expectativa de realização deste ativo em médio prazo. Desta forma, a Companhia reconheceu em novembro de 2009 o valor incontroverso que atualizado até 30 de junho de 2013 é de R\$ 13.315 (R\$ 12.872 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Ativos contingentes

Os ativos contingentes referem-se aos processos judiciais de nºs 1998.34.00.029022-4 e 1984.00.020114-0 e também tratam do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI'. Estes processos encontram-se em fases de liquidação de sentença. Todavia, os valores devidos pela União Federal ainda não foram apurados pela Justiça Federal e ainda não podem e não foram reconhecidos como ativos. Entretanto, a Companhia solicitou cálculo dos advogados da causa, que estimam créditos líquidos de provisões nos montantes de R\$ 54.605 e R\$ 1.848, respectivamente.

18 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de quatro empresas e os investimentos estão registrados no ativo permanente sob a rubrica "Participação em controladas" e no passivo como "Provisão para perda em investimentos".

	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	31 de dezembro de 2012	Variações cambiais	Resultado equivalência patrimonial	30 de junho de 2013
Provisão para perdas em investimentos							
Portobello América Inc.	(45.020)	(27)	100%	(41.496)	(3.497)	(27)	(45.020)
PBTech Ltda.	(6.450)	(1.519)	99,94%	(4.927)	-	(1.518)	(6.445)
Mineração Portobello Ltda.	(1.046)	(134)	99,76%	(907)	-	(134)	(1.041)
				<u>(47.330)</u>	<u>(3.497)</u>	<u>(1.679)</u>	<u>(52.506)</u>
Investimentos - Participação em controladas							
Portobello Shop S.A.	7.542	7.061	99,90%	480	-	7.054	7.534
				<u>480</u>	<u>-</u>	<u>7.054</u>	<u>7.534</u>
Total investimento em controladas				<u>(46.850)</u>	<u>(3.497)</u>	<u>5.375</u>	<u>(44.972)</u>

No trimestre findo em 30 de junho de 2013 a Companhia apresenta a provisão para perdas em investimentos da controlada Portobello América Inc. no passivo não circulante, conforme intenção da Administração de capitalizar a dívida da controlada.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e lucro do exercício é a seguinte:

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2012						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	355	41.851	425	527
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.498	6.426	1.115	(1.363)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	8.813	8.333	51.530	11.073
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	457	1.363	2.168	149
Em 30 de junho de 2013						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	355	45.375	-	(27)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	2.160	8.606	2.432	(1.518)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	85.451	77.917	25.779	7.054
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	521	1.561	1.097	(134)

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Imobilizado**a) Composição**

	Taxa média anual de depreciação	Controladora			Consolidado	
		30 de junho de 2013			31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		11.111	-	11.111	11.111	11.488
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	98.649	(17.265)	81.384	82.836	81.510
Máquinas e equipamentos	7%	291.066	(215.958)	75.108	78.986	75.108
Móveis e utensílios	10%	8.328	(7.455)	873	951	971
Computadores	20%	13.667	(12.084)	1.583	1.616	1.632
Outras imobilizações	20%	219	(198)	21	30	555
Imobilizações em andamento (a)		88.054	-	88.054	10.311	88.056
Total		511.094	(252.960)	258.134	185.841	259.320

(a) O saldo de imobilizações em andamento é composto substancialmente por projetos de expansão e otimização da unidade industrial da Companhia

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição, (vide nota explicativa nº 30c).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e as mesmas taxas foram mantidas de 2009 até a presente data.

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora									
	31 de dezembro de 2011	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	31 de dezembro de 2012	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	30 de Junho de 2013
Terrenos	11.111	-	-	-	-	11.111	-	-	-	11.111
Edificações e benfeitorias	80.366	-	5.291	(2.821)	-	82.836	-	23	(1.475)	81.384
Máquinas e equipa mentos	70.314	846	19.669	(11.843)	-	78.986	533	621	(5.032)	75.108
Móveis e utensílios	1.026	121	18	(214)	-	951	32	-	(110)	873
Computadores	1.389	668	-	(441)	-	1.616	216	-	(249)	1.583
Outras imobiliza ções	48	-	-	(18)	-	30	-	-	(9)	21
Imobilizações em andamento	13.058	22.560	(24.978)	-	(329)	10.311	78.387	(644)	-	88.054
	177.312	24.195	-	(15.337)	(329)	185.841	79.168	-	(6.875)	258.134

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado									
	31 de dezembro de 2011	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	31 de dezembro de 2012	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	30 de Junho de 2013
Terrenos	11.488	-	-	-	-	11.488	-	-	-	11.488
Edificações e benfeitorias	80.523	-	5.291	(2.829)	-	82.985	-	23	(1.498)	81.510
Máquinas e equipa mentos	70.314	846	19.669	(11.843)	-	78.986	533	621	(5.032)	75.108
Móveis e utensílios	1.156	129	18	(242)	-	1.061	34	-	(124)	971
Computadores	1.406	709	-	(447)	-	1.668	219	-	(255)	1.632
Outras imobiliza ções	107	-	-	(18)	-	89	-	466	-	555
Imobilizações em andamento	13.058	23.450	(24.978)	-	(751)	10.779	78.387	(1.110)	-	88.056
	178.052	25.134	-	(15.379)	(751)	187.056	79.173	-	(6.909)	259.320

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2º Trimestre				Acumulado			
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Custo dos produtos vendidos	3.029	3.696	3.029	3.696	6.058	7.293	6.058	7.293
Despesa comercial	275	227	290	238	549	445	571	465
Despesa administrativa	134	115	140	115	268	228	280	228
Total	3.438	4.038	3.459	4.049	6.875	7.966	6.909	7.986

20 Intangível

a) Composição

	Controladora			Consolidado		
	30 de junho de 2013			31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Softwares	20%	12.358	(12.105)	253	311	253
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(650)	350	450	356
Marcas e patentes		150	-	150	150	152
Fundo de comércio		-	-	-	190	190
Sistema de gestão (a)		17.636	(140)	17.496	14.209	17.495
Total		31.144	(12.895)	18.249	15.120	18.444

(a) Refere-se aos gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, também denominado Sistema de Gestão da Cadeia de Valor, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor. Os gastos serão amortizados mediante conclusão das aquisições e implementações de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia. Parte do Sistema de gestão que se refere ao WMS já iniciaram as amortizações.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação do intangível

	Controladora						30 de Junho de 2013
	31 de dezembro de 2011	Adições	Amortizações	31 de dezembro de 2012	Adições	Amortizações	
Softwares	451	-	(140)	311	-	(58)	253
Direito exploração de jazidas	650	-	(200)	450	-	(100)	350
Marcas e patentes	150	-	-	150	-	-	150
Sistema de gestão	3.407	10.814	(12)	14.209	3.415	(128)	17.496
	4.658	10.814	(352)	15.120	3.415	(286)	18.249

	Consolidado								30 de Junho de 2013
	31 de dezembro de 2011	Adições	Amortizações	Baixas	31 de dezembro de 2012	Adições	Amortizações	Baixas	
Softwares	451	-	(140)	-	311	-	(58)	-	253
Direito exploração de jazidas	659	-	(202)	-	457	-	(102)	-	355
Marcas e patentes	152	-	-	-	152	-	-	(2)	150
Fundo de comércio	80	210	-	(100)	190	-	-	-	190
Sistema de gestão	3.407	10.814	(12)	-	14.209	3.415	(128)	-	17.496
	4.749	11.024	(354)	(100)	15.319	3.415	(288)	(2)	18.444

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme segue:

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2º Trimestre				Acumulado			
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Custo dos produtos vendidos	86	60	86	60	144	124	146	125
Despesa comercial	33	-	33	-	39	-	39	-
Despesa administrativa	86	22	87	22	103	55	103	55
Total	205	82	206	82	286	179	288	180

c) Plano para amortização do Intangível Consolidado:

	Softwares	Direito de exploração de jazidas	Sistema de gestão (a)	Total
2013	45	102	43	190
2014	71	202	650	923
2015	48	51	1.677	1.776
2016	40	-	1.677	1.717
2017	40	-	1.677	1.717
2018	9	-	1.677	1.686
2019	-	-	1.087	1.087
2020 a 2034	-	-	9.008	9.008
Total	253	355	17.496	18.104

(a) Plano de amortização baseado na estimativa da conclusão das aquisições e implementações.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os itens marcas e patentes e fundo de comércio no total de R\$ 340 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida.

21 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Fornecedores	131.250	120.541	131.973	121.532
Mercado interno	92.550	98.292	93.273	99.283
Mercado externo	38.700	22.249	38.700	22.249
Decomposição do valor nominal ao valor presente	(168)	(419)	(168)	(419)
Total	131.082	120.122	131.805	121.113

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Empréstimos e financiamentos

	Vencimentos	Encargos	Controladora		Consolidado	
			30 de	31 de	30 de	31 de
			junho de	dezembro	junho de	dezembro
			2013	de 2012	2013	de 2012
Circulante						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"		VC+5,64% a.a. ¹	4.480	5.877	4.480	5.877
Pré-pagamento e ACC (a)		VC+5,17% a.a. ¹	9.310	2.640	9.310	2.640
FINIMP (b)		VC+2,32% a.a. ¹	39.206	36.814	39.206	36.814
Total moeda estrangeira		VC + 2,72% a.a.	52.996	45.331	52.996	45.331
Moeda nacional						
Exim Pré-embarque TJ 462			-	502	-	502
FINEP (c)		6,25% a.a.	2.963	2.966	2.963	2.966
Nota de Crédito de Exportação (d)		9,09% a.a. ¹	20.424	12.602	20.424	12.602
Lei nº 4.131 (e) - (nota 8)		1,60% a.a + CDI	391	354	391	354
Arrendamento financeiro (f)		6,46% a.a.	961	917	961	917
BNDES - Progeren (g)		8,51% a.a. ¹	6.356	-	6.356	-
PRODEC (h)		4,00% a.a. + UFIR	4.084	1.955	4.084	1.955
FINAME (i)		3,00% a.a.	2	-	2	-
Capital de giro (j)		8,83% a.a. ¹	18.032	10.957	18.032	10.957
Total moeda nacional		8,34% a.a.	53.213	30.253	53.213	30.253
Total do circulante			106.209	75.584	106.209	75.584
Não circulante						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"	Out/2016	VC+6,25% a.a. ¹	1.825	2.675	1.825	2.675
Pré-pagamento (a)	Mai/2018	VC+5,17% a.a. ¹	11.078	-	11.078	-
Total moeda estrangeira		VC + 5,32% a.a.	12.903	2.675	12.903	2.675
Moeda nacional						
FINEP (c)	Set/2018	6,25% a.a.	12.460	13.926	12.460	13.926
Nota de Crédito de Exportação (d)	Dez/2017	9,01% a.a. ¹	54.000	-	54.000	-
Lei nº 4.131 (e) - (nota 8)	Dez/2017	1,60% a.a. + CDI	50.000	50.000	50.000	50.000
Arrendamento financeiro (f)	Mai/2015	6,54% a.a.	991	1.483	991	1.483
BNDES - Progeren (g)	Mar/2016	8,46% a.a. ¹	24.583	-	24.583	-
PRODEC (h)	Mar/2016	4,00% a.a. + UFIR	21.957	21.932	21.957	21.932
FINAME (i)		3,00% a.a.	640	-	640	-
Capital de giro	Mar/2017		-	-	894	915
Total moeda nacional		8,11% a.a.	164.631	87.341	165.525	88.256
Total do não circulante			177.534	90.016	178.428	90.931
Total			283.743	165.600	284.637	166.515

¹ Taxa média

UFIR - Unidade Fiscal de Referência

ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio

a) Pré-pagamento e adiantamento de contrato de câmbio – A Companhia celebrou contratos de pré-pagamento no montante de US\$ 10,431 em 2010 e 2011. Os contratos tem prazo de até 30 meses e como garantia foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A. e Portobello S.A. Em Junho de 2013, a Companhia celebrou mais um contrato de PPE, no valor de U\$ 5,000, vencimento do principal em 16 parcelas e juros em 20 parcelas trimestrais sendo a primeira em 20/09/2013. Para este contrato foram dados como garantias 100% Penhor Mercantil.

b) FINIMP (conjunto de linhas de crédito especiais para importação de bens de capital, máquinas, equipamentos, e serviços) – De Novembro de 2012 a Junho de 2013, a Companhia celebrou vários contratos de Finimp, no valor de R\$ 39.206 milhões, prazo médio de 180 dias, sendo os pagamentos efetuados nos finais dos contratos. Para estes contratos não existem cláusulas restritivas e como

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A; no valor de R\$ 8.432 milhões na média de 21,51% do saldo devedor do contrato.

c) FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos - Em maio de 2010 a Companhia celebrou um contrato com a FINEP no valor de até R\$ 30.103, com juros de 5% a.a. e prazo de 80 meses, sendo 20 meses de carência. A primeira parcela no montante de R\$ 13.248, foi totalmente liberada em 02 de setembro de 2010. Em dezembro de 2012, foi liberada a segunda parcela, no montante de R\$ 5.572. Para este contrato foi necessária a apresentação de uma carta de fiança bancária ao custo de 1,25% a.a.

d) NCE – Nota de Crédito de Exportação – Em janeiro de 2013, a Companhia celebrou contrato de NCE, no valor de R\$ 20.000 com vencimento em 7 parcelas semestrais, sendo a primeira em 05 de janeiro de 2015. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 50% sobre o saldo devedor do contrato. Em fevereiro de 2013, a Companhia celebrou contrato de NCE, no valor de R\$ 10.000 com vencimento do principal em 10 de fevereiro de 2016. Para este contrato não existem cláusulas restritivas, operação clean no que se refere á garantias. Em Abril de 2013, a Companhia celebrou contrato de NCE, no valor de R\$ 30.000, com vencimento em 5 parcelas semestrais (22/04/2014, 17/10/2014, 15/04/2015, 13/10/2015 e 08/04/2016). Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato. Já em Junho de 2013, a Companhia celebrou contrato de NCE, no valor de R\$ 10.000, com vencimento em 11 parcelas mensais, sendo a primeira em 07/08/2013. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato.

e) Lei nº 4.131 Trade Exportador com Swap para CDI – Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou um contrato no valor de R\$ 50.000 com prazo de pagamento em 60 meses e carência de 24 meses. As amortizações são semestrais (nota explicativa nº 7) e como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

f) Arrendamento Financeiro – Em maio de 2012, a Companhia celebrou um contrato de leasing junto ao SG Equipment Finance S.A. no valor de R\$ 2.418 com prazo de 36 meses. Já em julho de 2012, a Companhia celebrou um contrato de leasing junto a Hewlett Packard HP no valor de R\$ 450 com prazo de 36 meses. Para ambos os contratos foram dados como garantias os bens financiados.

g) BNDES (Progeren) - Em janeiro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de BNDES (Progeren) no valor de R\$ 20.000 com um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Para este contrato não existem cláusulas restritivas, sem garantias. Já em março de 2013, a Companhia celebrou outro contrato de BNDES (Progeren) no valor de R\$ 10.000 também com um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Para este contrato também não existem cláusulas restritivas, mas foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 40% sobre o saldo devedor do contrato, como garantias.

h) PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Em julho de 2009 a Companhia obteve Regime Especial do Estado de Santa Catarina. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente – AVP. A taxa utilizada para fins de cálculo de ajuste a valor presente é a média do capital de giro circulante, 9,69% ao ano.

- O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008);
- Carência de 48 meses;
- Prazo de 120 meses;
- Atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.

i) FINAME – Em Maio de 2013, a Companhia celebrou contrato de Célula de Crédito Industrial, no valor de R\$ 707 com vencimento em 96 parcelas mensais e carência de 24 meses. Para esse contrato foram dados como garantias os equipamentos financiados.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

j) Nota de Crédito Bancário – Em Junho de 2013, a Companhia celebrou um contrato de Capital de Giro, no valor de R\$ 18.000, com vencimento em 11 parcelas mensais, sendo a primeira em 08/2013. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato.

As operações de empréstimos e financiamentos com saldos em 30 de junho de 2013, não apresentam cláusulas restritivas.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 8) e de controlada (nota explicativa nº 42), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 11.016.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos em 1º de julho	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
2014	28.993	18.055	28.993	18.055
2015	63.835	25.580	63.835	25.580
2016	54.468	26.963	54.468	26.963
2017	26.347	17.217	26.347	17.217
2018	3.529	2.201	4.423	3.116
2019 a 2023	362	-	362	-
Total	177.534	90.016	178.428	90.931

A exposição dos empréstimos a variações na taxa de juros e as datas de reprecificação contratual nas datas do balanço são como seguem:

	Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Seis meses ou menos	43.274	41.834
Seis a 12 meses	66.159	5.142
Um a cinco anos	117.085	58.719
Acima de cinco anos	895	915
Total	227.413	106.610

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Reais	217.844	117.594	218.738	118.509
Euros	509	714	509	714
Dólares dos Estados Unidos	65.390	47.292	65.390	47.292
Total	283.743	165.600	284.637	166.515

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 7,02% (6,26% em 31 de dezembro de 2012).

As obrigações de arrendamento financeiro estão descritas conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos		
Menos de um ano	1.106	1.107
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.040	1.592
Total	2.146	2.699
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	(194)	(299)
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	1.952	2.400
O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:		
Menos de um ano	961	917
Mais de um ano e menos de cinco anos	991	1.483
Total	1.952	2.400

23 Parcelamento de obrigações tributárias

		Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
		Data	Parcelas a vencer			
Portobello S.A.	INSS	Dez/09	17	4.780	6.302	
	IPÍ	Dez/09	17	3.247	4.281	
	PIS	Mar/09	8	104	178	
	COFINS	Mar/09	8	480	820	
	IRPJ	Mar/09	8	762	1.301	
	CSLL	Mar/09	8	283	484	
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	136	113.938	118.224	
Total Controladora				123.594	131.590	
Parcela do circulante				21.373	22.029	
Parcela do não circulante				102.221	109.561	
Portobello Shop S.A.	INSS	Nov/09	25	379	507	
	COFINS	Mar/09	17	36	61	
	IRPJ	Mar/09	17	276	472	
	CSLL	Mar/09	17	101	171	
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	145	596	606	
Total Controlada				1.388	1.817	
Total Consolidado				124.982	133.407	
Parcela do circulante				22.123	22.961	
Parcela do não circulante				102.859	110.446	

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Vencimento				
2013	19.639	22.031	20.343	22.962
2014	13.338	16.958	13.529	17.341
2015 a 2023 (*)	85.101	84.753	85.564	85.214
2024	5.516	7.848	5.546	7.890
Total	123.594	131.590	124.982	133.407

(*) Em junho de 2013 e dezembro de 2012 respectivamente, as parcelas anuais agrupadas serão de R\$ 9.456 e R\$ 9.417 para a Controladora e R\$ 9.507 e R\$ 9.468 para o Consolidado.

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e junho de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em Novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 24).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 1.233 sem atraso superior a três meses, bem como efetiva a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e consequentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos na nota explicativa nº 16.

24 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 (vide nota explicativa 33) considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Doute Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas na nota explicativa nº 16. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias. Este procedimento deliberado pela Administração é

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento.

Na hipótese remota de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 27.807 em 30 de junho de 2013, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa nº 17.

25 Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
IRRF	781	1.188	766	1.397
ICMS	5.212	3.551	5.213	3.552
PIS	483	304	554	365
COFINS	2.140	1.399	2.471	1.680
Outros	230	103	368	251
Total	8.846	6.545	9.372	7.245

26 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões são suficientes para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Cíveis	4.396	4.533	5.311	4.575
Trabalhistas	12.022	11.288	12.022	11.288
Tributárias	37.768	35.051	37.768	35.051
Total	54.186	50.872	55.101	50.914
Circulante	2.102	1.288	3.009	1.322
Não Circulante	52.084	49.584	52.092	49.592

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2012	4.533	11.288	35.051	50.872
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	936	1.212	2.717	4.865
Provisões adicionais	739	651	1.749	3.139
Reversões por não utilização	(200)	(302)	-	(502)
Atualização monetária (nota 33)	397	863	968	2.228
Reversões por realização	(1.073)	(478)	-	(1.551)
Em 30 de junho de 2013	4.396	12.022	37.768	54.186

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2012	4.575	11.288	35.051	50.914
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	2.281	1.212	2.717	6.210
Provisões adicionais	2.049	651	1.749	4.449
Reversões por não utilização	(202)	(302)	-	(504)
Atualização monetária (nota 33)	434	863	968	2.265
Reversões por realização	(1.545)	(478)	-	(2.023)
Em 30 de junho de 2013	5.311	12.022	37.768	55.101

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 157 ações cíveis (112 ações em 31 de dezembro de 2012), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 13).

Os passivos contingentes de natureza cível são relacionados na nota explicativa nº 27.

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 330 reclamações trabalhistas (281 reclamações em 31 de dezembro de 2012), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 13).

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

Os passivos contingentes relacionados estão evidenciados na nota explicativa nº 27.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tributárias

a) INSS sobre Cooperativas

Trata-se de ações impetradas pela Companhia (mandado de segurança) contra o Instituto Nacional do Seguro Social, o qual exigiu o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no artigo 22, inc. IV, da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº 9.879/99.

A Companhia afirma que no exercício de suas atividades, contrata cooperativas de diversas áreas de trabalho, que lhe prestam serviços especializados, sujeitando ao recolhimento da contribuição, mas entende-se que não há previsão constitucional para sua cobrança, uma vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e da proteção às cooperativas, com base nisso pede-se liminar para que seja declarado o direito de não sujeitar-se ao recolhimento da contribuição previdenciária, bem como de efetuar a compensação de valores que tenha recolhido indevidamente a tal título. O saldo da provisão em 30 de junho de 2013 soma R\$ 2.331 (R\$ 2.197 em 31 de dezembro de 2012).

b) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia obteve, em 16 de abril de 2008, liminar concedida através do Mandado de Segurança 2008.34.00.011286-4, para excluir o tributo estadual - ICMS da base de cálculo das contribuições federais do PIS e da COFINS. A partir desta liminar, a Companhia passou a calcular e recolher o PIS e a COFINS desconsiderando o ICMS da sua base de cálculo. Em março de 2013 a juíza da 9ª vara federal da seção judiciária do Distrito Federal prolatou sentença acolhendo a preliminar de legitimidade passiva extinguindo o feito sem julgamento do mérito. A Companhia já apresentou recurso de apelação em face da referida decisão e suspendeu a partir de abril de 2013 os efeitos da decisão liminar. Desta forma a Companhia restabeleceu a base de cálculo do PIS e da COFINS considerando a inclusão do ICMS como parcela constitutiva da base de cálculo.

Os saldos das provisões para contingências tributárias referentes à exclusão da base de cálculo do ICMS nas contribuições do PIS e da COFINS em 30 de junho de 2013 somam R\$ 35.437 (R\$ 32.854 em 31 de dezembro 2012).

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC no período.

27 Ações possíveis de perda

De acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes. Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Cíveis	1.922	927	2.162	967
Trabalhistas	9.881	10.839	9.881	10.839
Total	11.803	11.766	12.043	11.806

Estes processos são classificados como passivos contingentes porque não é provável a condenação da Companhia. E, em consequência, não será necessária a saída de recursos para liquidar as obrigações.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Benefícios a empregados

28.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde 1º de novembro de 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 42 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

Em 30 de junho de 2013, o saldo das contribuições especiais referentes ao tempo passado, a serem depositadas na conta individual daqueles participantes que satisfizerem às condições estabelecidas no regulamento do plano, monta em R\$ 2.720 (R\$ 2.918 em 31 de dezembro de 2012) e encontra-se provisionado no passivo não circulante. No momento em que cada participante integrante desta condição tornar-se elegível, a Companhia quitará a parcela de reserva especial atribuível ao mesmo.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Controladora	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto	6% a.a. (real)	6% a.a. (real)
Taxa de retorno esperado dos ativos	6% a.a. (real)	6% a.a. (real)
Crescimentos salariais futuros	2% a.a. (real) até 47 anos	2% a.a. (real) até 47 anos
Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	2% a.a. (real) a partir de 48 anos	2% a.a. (real) a partir de 48 anos
Inflação	Desconsiderada	Desconsiderada
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 83	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	Exp. IAPC	Exp. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas

28.2 Despesas de benefícios a empregados

a) Despesas incorridas no 2º trimestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Remuneração	24.326	18.953	25.494	20.305
Benefícios				
Plano de previdência	217	155	263	211
FGTS	1.857	1.737	1.948	1.815
Outros	2.297	2.100	2.361	2.164
Total	28.697	22.945	30.066	24.495

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Despesas incorridas no 1º semestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Remuneração	43.862	36.044	46.448	38.615
Benefícios				
Plano de previdência	448	304	561	416
FGTS	3.433	3.257	3.614	3.406
Outros	4.087	4.034	4.225	4.158
Total	51.830	43.639	54.848	46.595

29 Incentivo de longo prazo

Diante da perspectiva de criação de valor para negócio foi instituído e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2012, o incentivo de longo prazo (ILP). Este consiste em um programa de meritocracia que visa atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais atuantes na Companhia, alinhar os interesses dos executivos aos acionistas da Companhia e estimular permanência nos cargos.

São elegíveis ao ILP diretores e gerentes com classificações de desempenho acima da média, conforme política interna de avaliação de performance, e que mediante a assinatura de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa.

No contrato de adesão é definido o número de títulos que cada participante receberá. Os títulos são chamados figurativamente de “ações referência” e não são negociados em mercado de balcão.

A “valorização” dos títulos anualmente é calculada pelo desempenho do ebitda¹ e da relação entre ebitda e dívida líquida². O valor total da despesa é reconhecido durante o exercício no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade e valor dos títulos. E reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

O pagamento será feito em três parcelas anuais (2015, 2016, 2017) com diferimento de dois anos no início do período (2013 e 2014). A liquidação será completa após cinco anos do reconhecimento inicial (2017) e a Companhia determinará a forma de pagamento, que poderá ser realizada através de valores monetários ou da outorga de ações da Companhia em valor proporcional aos valores apurados pelas métricas do plano.

Se o pagamento for realizado através da outorga de ações deverá ser considerado o valor médio da ação no período de três meses antes da data do pagamento do incentivo. E a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012 e o valor presente da obrigação em 30 de junho de 2013 é R\$ 3.055 na controladora e R\$ 3.682 no consolidado (R\$ 2.176 na controladora e R\$ 2.623 no consolidado em 31 de dezembro de 2012).

¹lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização

² empréstimos e financiamentos somados aos parcelamentos de obrigações tributárias descontados de caixa e equivalentes de caixa, bem como títulos e valores mobiliários.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 46.065 representado por 159.008.924 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 30 de Abril de 2013 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária o aumento de Capital Social da Companhia, pela capitalização de reservas no montante de R\$ 5.266, onde R\$ 5.000 provém da rubrica Reserva de Lucros a Distribuir e R\$ 266 da Reserva de Capital, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.159.008.924 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Em 30 de junho de 2013 havia 62.246.612 ações em circulação, o equivalente a 39,15% do total de ações emitidas (61.992.352 em 31 de dezembro de 2012, equivalente a 38,99% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 2012, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 3.283 conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva de lucros a destinar

A reserva de lucros a destinar no montante de R\$ 46.786 em 31 de março de 2013 refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados do exercício de 2012, após a destinação de 5% para reserva legal e de 25% de dividendos mínimos obrigatórios.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas em laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

Em conformidade com o ICPC 10, a Companhia registrou um valor complementar de R\$ 2.517 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo reavaliado dos terrenos, visto que em 2006 quando a reavaliação foi realizada, a legislação não permitia a incidência. O ICPC 10 orienta as Companhias a constituir a provisão de impostos sobre a reavaliação de terrenos quando "é provável que os benefícios econômicos associados ao ativo não depreciável irão se reverter para a própria entidade, sejam estes derivados da venda atual, da venda futura ou do próprio uso do ativo". O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes ao ajuste de avaliação patrimonial de terrenos, construções e benfeitorias estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 15(b).

Considerando o complemento do ajuste de avaliação patrimonial, aprovados pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo do ajuste de avaliação patrimonial de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 42.923 em 30 de junho de 2013 (R\$ 43.713 em 31 de dezembro de 2012), a despesa de depreciação da reavaliação, líquida dos efeitos tributários de IR e CSLL diferidos passivos, no trimestre findo em 30 de junho de 2013 foi de R\$ 790 (R\$ 789 em 30 de junho de 2012), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial registrado no passivo não circulante é de R\$ 17.664 (R\$ 17.933 em 31 de dezembro de 2012), vide nota explicativa nº 15(b).

31 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do trimestre findo em 30 de junho de 2013, é como segue.

a) Receitas auferidas no 2º trimestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Receita bruta de vendas	250.408	185.637	265.597	197.502
Deduções da receita bruta	(56.408)	(39.143)	(57.996)	(40.333)
Impostos sobre vendas	(48.099)	(35.886)	(49.643)	(37.076)
Devoluções	(8.309)	(3.257)	(8.353)	(3.257)
Receita líquida de vendas	194.000	146.494	207.601	157.169
Mercado interno	179.087	136.396	190.869	145.494
Mercado externo	14.913	10.098	16.732	11.675

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Receitas auferidas no 1º semestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Receita bruta de vendas	458.811	363.176	486.043	386.823
Deduções da receita bruta	(99.832)	(77.298)	(102.687)	(79.661)
Impostos sobre vendas	(87.107)	(70.904)	(89.894)	(73.267)
Devoluções	(12.725)	(6.394)	(12.793)	(6.394)
Receita líquida de vendas	358.979	285.878	383.356	307.162
Mercado interno	331.075	267.658	351.788	285.128
Mercado externo	27.904	18.220	31.568	22.034

32 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2013 são os seguintes:

a) Despesas incorridas no 2º trimestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	(1.105)	(15.232)	(1.105)	(15.232)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	58.522	56.248	57.955	55.695
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	8.778	8.542	8.778	8.542
Custo das mercadorias revendidas	44.721	28.906	45.081	29.240
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	677	639	677	639
Salários, encargos e benefícios a empregados	32.540	28.340	34.192	30.213
Mão de obra e serviços de terceiros	5.957	4.439	8.214	6.159
Amortização e depreciação	3.568	4.079	3.589	4.089
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	2.499	1.925	2.614	1.926
Comissões sobre vendas	4.457	3.224	4.488	3.224
Despesas com marketing e publicidade	2.217	1.597	4.063	2.955
Outras despesas comerciais	3.954	3.501	5.300	4.132
Outras despesas administrativas	917	1.037	946	1.047
Total	167.702	127.245	174.792	132.629

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Despesas incorridas no 1º semestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	(8.840)	(20.066)	(8.840)	(20.066)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	116.327	108.398	115.227	107.334
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	15.828	15.598	15.828	15.598
Custo das mercadorias revendidas	82.078	53.734	82.803	54.413
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	1.250	1.153	1.250	1.153
Salários, encargos e benefícios a empregados	61.099	53.755	64.737	57.331
Mão de obra e serviços de terceiros	10.336	7.832	14.026	10.957
Amortização e depreciação	7.040	8.060	7.073	8.081
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	4.093	3.888	4.239	3.890
Comissões sobre vendas	8.222	6.417	8.280	6.417
Despesas com marketing e publicidade	3.442	3.049	6.442	5.227
Outras despesas comerciais	7.678	6.687	10.006	7.881
Outras despesas administrativas	1.663	1.862	1.803	1.884
Total	310.216	250.367	322.874	260.100

33 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 é a seguinte:

a) Despesas incorridas no 2º trimestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços com partes relacionadas	343	573	-	-
Reintegra Lei 12.546/11 (a)	2.091	-	2.091	-
Venda de imobilizado	210	-	210	-
Outras receitas	274	813	244	808
Total	2.918	1.386	2.545	808
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 26)	(382)	(438)	(1.142)	(884)
Provisão para participação no resultado (b)	(1.871)	(1.885)	(1.934)	(2.244)
Provisão para incentivo de longo prazo (nota 29)	(879)	-	(935)	-
Outras despesas	(864)	(82)	(906)	(129)
Total	(3.996)	(2.405)	(4.917)	(3.257)
Total líquido	(1.078)	(1.019)	(2.372)	(2.449)

(a) Valor referente crédito para compensação de impostos - Reintegra Lei 12.546/11

(b) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Despesas incorridas no 1º semestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços com partes relacionadas	887	1.315	-	-
Contrato de exclusividade bancária	-	2.100	-	2.100
Reintegra Lei 12.546/11 (a)	2.091	-	2.091	-
Venda de imobilizado	210	-	210	-
Outras receitas	563	1.143	511	1.120
Total	3.751	4.558	2.812	3.220
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 26)	(888)	(878)	(2.448)	(1.325)
Provisão para participação no resultado (b)	(2.942)	(3.391)	(3.180)	(4.020)
Provisão para incentivo de longo prazo (nota 29)	(879)	-	(935)	-
Outras despesas	(1.027)	(360)	(1.102)	(408)
Total	(5.736)	(4.629)	(7.665)	(5.753)
Total líquido	(1.985)	(71)	(4.853)	(2.533)

(a) Valor referente crédito para compensação de impostos - Reintegra Lei 12.546/11

(b) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

34 Outros ganhos (perdas), líquidos

A variação cambial líquida registrada no sob a rubrica de outros ganhos (perdas) líquidos, individual e consolidada para o trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2013 é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	2º Trimestre		Acumulado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Variação cambial líquida				
Contas a receber	468	5.113	(344)	3.640
Fornecedores	1.329	(811)	1.159	(598)
Total	1.797	4.302	815	3.042

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado do trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2013 é o seguinte:

a) Despesas incorridas no 2º trimestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Receitas financeiras				
Juros	638	305	884	335
Atualização de ativos	3.161	3.410	3.161	3.410
Outros	198	181	251	233
Total	3.997	3.896	4.296	3.978
Despesas financeiras				
Juros	(4.076)	(4.048)	(4.138)	(4.108)
Encargos financeiros com tributos	(1.735)	(2.633)	(1.756)	(2.684)
Decomposição de desconto de provisões para contingências (nota 26)	(1.095)	(1.095)	(1.131)	(1.097)
Comissões e taxas de serviços	(1.024)	(341)	(1.038)	(347)
Outros	(603)	(787)	(671)	(799)
Total	(8.533)	(8.904)	(8.734)	(9.035)
Variação cambial líquida				
Empréstimos e financiamentos	(4.259)	(4.194)	(4.259)	(4.194)
Total	(4.259)	(4.194)	(4.259)	(4.194)
Total líquido	(8.795)	(9.202)	(8.697)	(9.251)

b) Despesas incorridas no 1º semestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Receitas financeiras				
Juros	1.775	587	2.079	666
Atualização de ativos	6.506	7.046	6.506	7.046
Outros	375	526	430	584
Total	8.656	8.159	9.015	8.296
Despesas financeiras				
Juros	(8.069)	(8.258)	(8.192)	(8.358)
Encargos financeiros com tributos	(3.399)	(5.603)	(3.442)	(5.711)
Decomposição de desconto de provisões para contingências (nota 26)	(2.220)	(2.208)	(2.257)	(2.212)
Comissões e taxas de serviços	(1.024)	(676)	(1.038)	(687)
Outros	(3.365)	(1.584)	(3.449)	(1.602)
Total	(18.077)	(18.329)	(18.378)	(18.570)
Variação cambial líquida				
Empréstimos e financiamentos	(3.569)	(2.958)	(3.569)	(2.958)
Total	(3.569)	(2.958)	(3.569)	(2.958)
Total líquido	(12.990)	(13.128)	(12.932)	(13.232)

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

36 Resultado de operações descontinuadas

Em 17 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a descontinuação das atividades operacionais da controlada Portobello América, tendo em vista que a demanda no mercado norte americano, permanecerá contida para os próximos anos. A desmobilização do ativo está em andamento e os principais ativos e passivos desta unidade, bem como os resultados das operações descontinuadas para o trimestre findo em 30 de junho de 2013, são resumidos a seguir:

	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012		30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativo			Passivo		
Circulante	355	355	Circulante	45.375	41.851
Disponibilidades	355	272	Aluguéis a pagar	13	12
Outros	-	83	Dívidas com pessoas ligadas	45.362	41.839
			Patrimônio líquido	(45.020)	(41.496)
Total do ativo	355	355	Total do passivo	355	355

Não houve grupos classificados como mantidos para venda em 2013 e 2012.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado de forma consolidada, portanto, além do resultado da subsidiária Portobello América, Inc., (nota explicativa nº 18), considera a porção das operações da Controladora na operação descontinuada. No segundo trimestre de 2013, o resultado das operações descontinuadas foi R\$ 27, representado por algumas despesas administrativas ocorridas nesse período.

37 Lucro por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

Resultado do 2º trimestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	16.255	12.635	16.255	12.635
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Lucro básico por ação	0,10	0,08	0,10	0,08
Resultado das operações continuadas	16.255	12.635	16.259	12.273
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(4)	362
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Resultado das operações continuadas por ação	0,10223	0,07946	0,10225	0,07718
Resultado das operações descontinuadas por ação	-	-	(0,00003)	0,00228

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado do 1º semestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	29.317	23.790	29.317	23.790
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Lucro básico por ação	0,18	0,15	0,18	0,15
Resultado das operações continuadas	29.317	23.790	29.344	23.428
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(27)	362
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Resultado das operações continuadas por ação	0,18437	0,14961	0,18454	0,14734
Resultado das operações descontinuadas por ação	-	-	(0,00017)	0,00228

A Companhia não possui, nem possuiu durante primeiro semestre de 2013, ações em tesouraria. E a última emissão de ações ocorreu em 2007. Desta forma a quantidade média ponderada de ações é igual ao total que compõe o capital próprio (nota explicativa nº 30). Sendo que este é formado por apenas uma classe de ações ordinárias.

O lucro consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores. O mesmo critério foi utilizado para os resultados das operações continuadas e descontinuadas.

b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que a Companhia não detém contratos ou qualquer instrumento financeiro que conceda ao titular o direito a ações ordinárias.

38 Dividendos

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013 aprovou a proposta da Administração para destinação de parte do resultado de 2012 a título de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 15.595, sendo que do total destinado à dividendos mínimos obrigatórios, deduziu-se o montante pago em 28 de dezembro de 2012, sendo R\$ 1.853 a título de juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda, e R\$ 5.104 a título de dividendos. O saldo de R\$ 8.551, o que corresponde a R\$ 0,054321 por ação ordinária, foi pago aos acionistas em 21 de maio de 2013.

39 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

a) Resultado do 2º trimestre de 2013 e 2012:

	Em 30 de junho de 2013			Em 30 de junho de 2012		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	190.869	16.732	207.601	145.494	11.675	157.169
Custo dos produtos vendidos	(124.955)	(10.186)	(135.141)	(95.018)	(6.282)	(101.300)
Lucro operacional bruto	65.914	6.546	72.460	50.476	5.393	55.869
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(36.894)	(3.332)	(40.226)	(28.301)	(1.175)	(29.476)
Vendas, gerais e administrativas	(36.366)	(3.285)	(39.651)	(30.015)	(1.314)	(31.329)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.180)	(192)	(2.372)	(2.268)	(181)	(2.449)
Outros ganhos (perdas), líquidos	1.652	145	1.797	3.982	320	4.302
Resultado operacional antes do resultado financeiro	29.020	3.214	32.234	22.175	4.218	26.393
% sobre a ROL	15%	19%	16%	15%	36%	17%

b) Resultado do 1º semestre de 2013 e 2012:

	Em 30 de junho de 2013			Em 30 de junho de 2012		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	351.788	31.568	383.356	285.128	22.034	307.162
Custo dos produtos vendidos	(231.125)	(19.727)	(250.852)	(186.518)	(14.283)	(200.801)
Lucro operacional bruto	120.663	11.841	132.504	98.610	7.751	106.361
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(70.761)	(5.300)	(76.061)	(56.200)	(2.590)	(58.790)
Vendas, gerais e administrativas	(67.063)	(4.960)	(72.023)	(56.662)	(2.637)	(59.299)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.451)	(402)	(4.853)	(2.347)	(186)	(2.533)
Outros ganhos (perdas), líquidos	753	62	815	2.809	233	3.042
Resultado operacional antes do resultado financeiro	49.902	6.541	56.443	42.410	5.161	47.571
% sobre a ROL	14%	21%	15%	15%	23%	15%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda.

40 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente o Imobilizado em 30 de junho de 2013 somam o montante de R\$ 167.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, no total e para cada um dos seguintes exercícios seguintes é:

	Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Menos de um ano	727	367
Mais de um ano e menos de cinco anos	587	277
Total	1.314	644

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

41 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2013, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes, é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

	Controladora e Consolidado
	2013
Coberturas	
Incêndio/raio/explosão qualquer natureza	84.000
Danos elétricos	3.600
Tumultos	1.000
Vendaval/fumaça c/impacto de veículos	25.000
Responsabilidade civil - operações	500
Responsabilidade civil - empregador	500
Lucro cessante dec. vendaval c/impacto	16.000
Lucro cessante dec. básica	35.115

A vigência da apólice corresponde ao período de 14 de fevereiro de 2013 até 14 de fevereiro de 2014 quando a Companhia tem a intenção de celebrar um novo contrato de seguros.

As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações contábeis intermediárias, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

42 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativo			
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	2.073	2.073
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	70.548	-
Contas a receber	Portobello América, Inc.	-	41.839
Créditos com Controladas - Circulante		70.548	41.839
Contas a receber	Portobello América, Inc.	45.362	-
Contas a receber	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	3.750	3.424
Mútuo	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	2.614	1.945
Créditos com Controladas - Não Circulante		51.726	5.369
Créditos com outras pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	91.588	100.398
Passivo			
Dividendos antecipados	Portobello Shop S.A.	(5.100)	-
Outras transações			
Adiantamento a fornecedores	Mineração Portobello Ltda.	1.394	1.207
Contas a receber - líquido de adiantamento	Solução Cerâmica Com. Ltda.	(747)	(1.773)
Contas a receber - líquido de adiantamento	Flooring Revest. Cer. Ltda.	243	1.022
Aluguel	Gomes Part. Societárias Ltda.	(27)	-
		863	456

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	2º Trimestre		Acumulado	
		30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Receitas					
Prestação de serviços	Portobello Shop S.A.	1.530	1.530	3.060	3.055
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	3.894	3.489	7.143	7.120
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	1.897	1.443	3.515	3.034
Venda de produtos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	524	-	1.007	-
Despesas					
Custo dos serviços prestados	Portobello Shop S.A.	(1.158)	(928)	(2.115)	(1.691)
Compra de produtos	Mineração Portobello Ltda.	(566)	(553)	(1.099)	(1.065)
Aluguel	Gomes Participações Societárias Ltda.	(125)	(34)	(195)	(85)
		5.996	4.947	11.316	10.368

O contrato de mútuo com a controlada PBTech é remunerado pela variação de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e possui vencimento em 31 de dezembro de 2016.

Não foram dados em garantia de empréstimos, da Controladora, recebíveis da controlada Portobello Shop. A controlada é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 22).

Neste trimestre a Companhia apresenta o saldo de contas a receber da Portobello América Inc no ativo não circulante, considerando a intenção da Administração de capitalizar a dívida da controlada.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de quatro franqueadas que são partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	Natureza	2º Trimestre		Acumulado	
					30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Ativo				Receitas				
Contas a receber	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	7	7					
Contas a receber	Solução Cerâmica Com. Ltda.	383	211	Royalties	1.007	934	1.848	1.892
Contas a receber	Flooring Revest. Cer. Ltda.	184	137	Royalties	495	381	922	794
		574	355		1.502	1.315	2.770	2.686

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração do pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2013 são:

a) Despesas incorridas no 2º trimestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Remuneração fixa				
Salários	2.108	1.763	2.473	2.017
Honorários	880	428	972	692
Remuneração variável	2.974	1.052	4.105	1.388
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo				
Plano de previdência	167	110	212	162
Outros	336	262	406	320
Benefícios por desligamento	-	31	-	31
	6.465	3.646	8.168	4.610

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Despesas incorridas no 1º semestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Remuneração fixa				
Salários	3.892	3.389	4.520	3.905
Honorários	1.486	858	1.853	1.389
Remuneração variável	3.306	1.447	4.487	1.827
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo				
Plano de previdência	292	214	400	318
Outros	596	503	726	616
Benefícios por desligamento	-	31	-	31
	<u>9.572</u>	<u>6.442</u>	<u>11.986</u>	<u>8.086</u>

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

Projeções divulgadas e premissas

a) Objeto da projeção

Investimento na expansão e modernização da unidade fabril em Tijucas com a substituição de uma linha de produção que será voltada ao porcelanato esmaltado de grandes formatos.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Crescimento projetado com início no segundo semestre de 2013.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

O aumento do volume de produção projetado para o segundo semestre de 2013 baseia-se na instalação de um novo forno com incremento da produção na ordem de 4,6 milhões m²/ano.

Estima-se que, em 2014, quando a linha estará operando na sua total capacidade produtiva, a nova unidade gere uma receita de R\$ 141 milhões ao ano.

A meta de crescimento em 2013 da Portobello é de 20% e baseia-se nos dados dos últimos 5 anos, haja vista que, segundo os dados de entidades setoriais (ABRAMAT, ANFACER, ANAMACO e IBGE), o setor de revestimentos cerâmicos deve apresentar em 2013 crescimento de 6 a 7%.

Todas as premissas consideradas estão sujeitas a fatores de influência externa, que fogem do controle da administração da Companhia e podem impactar as projeções divulgadas.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Projeções	Valores estimados
Investimento na expansão e modernização unidade fabril em Tijucas	R\$ 86 milhões
Capacidade produtiva da nova linha	4,6 milhões m ² /ano
Receita líquida da nova linha estimada para 2014	R\$ 141 milhões
Meta de crescimento em 2013	20%

Além das projeções divulgadas acima, a Portobello está estudando a implantação de uma unidade industrial, com localização prevista para o estado de Alagoas. Inicialmente estima-se um investimento em torno de R\$ 205 milhões, embora esse estudo ainda não tenha sido concluído.

Vale ressaltar que os valores apresentados acima são meramente estimativas, e de forma alguma constituem promessa de desempenho por parte da Companhia ou de seus administradores.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário.

Não houve alterações nas projeções anteriormente divulgadas.

No entanto, informamos que a nova linha de produção entrou em operação em julho de 2013.

Já em relação ao estudo de implantação da unidade industrial no estado do Alagoas, está em fase de detalhamento do projeto executivo.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

As projeções divulgadas ainda foram totalmente realizadas, impossibilitando comparações.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar porque elas foram abandonadas ou substituídas.

As projeções divulgadas permanecem válidas, dado que as estimativas são projetadas para alcançarem resultados a partir do segundo semestre de 2013.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores e Acionistas da
Portobello S.A.
Tijucas - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Portobello S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Informações contábeis intermediárias comparativas

As informações contábeis individuais e consolidadas, contidas nas informações trimestrais, relativas ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido e dos valores adicionados do trimestre findo em 30 de junho de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 26 de Março de 2013, e relatório de revisão datado de 13 de Agosto de 2012, sem modificações.

Florianópolis, 12 de Agosto de 2013.
KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8
Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 29, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da Portobello S.A., declara que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 30.06.2013; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 30.06.2013.

Composição da Diretoria

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente
John Shojiro Suzuki – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Mauro do Valle Pereira – Diretor

Tijucas, 12 de agosto de 2013.

Cesar Gomes Júnior

Cláudio Ávila da Silva

John Shojiro Suzuki

Mauro do Valle Pereira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 29, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da Portobello S.A., declara que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 30.06.2013; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 30.06.2013.

Composição da Diretoria

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente
John Shojiro Suzuki – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Mauro do Valle Pereira – Diretor

Tijucas, 12 de agosto de 2013.

Cesar Gomes Júnior

Cláudio Ávila da Silva

John Shojiro Suzuki

Mauro do Valle Pereira